

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
DEPARTAMENTO DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

MARIA LUIZA GONÇALVES GALLOTTI RAMOS DA SILVA

**VINCULAÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA NO INCIDENTE DE  
RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS**

Florianópolis

2015

MARIA LUIZA GONÇALVES GALLOTTI RAMOS DA SILVA

**VINCULAÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA NO INCIDENTE DE  
RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Graduação em Direito da Universidade  
Federal de Santa Catarina como requisito à  
obtenção do grau de Bacharel em Direito.

**Orientador: Prof. Dr. Pedro Miranda de Oliveira**

Florianópolis

2015



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO**  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE  
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC  
TELEFONE (048) 3721-9292 - FAX (048) 3721-9815  
E-mail: ccgd@ccj.ufsc.br

### TERMO DE APROVAÇÃO DE TCC

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **“Vinculação da decisão proferida no incidente de resolução de demandas repetitivas”**, elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Maria Luiza Gonçalves Gallotti Ramos da Silva** defendido nesta data e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10 (dez), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 8 de julho de 2015.

**Pedro Miranda de Oliveira**  
Professor Orientador

**Pedro Manoel Abreu**  
Membro de Banca

**Luís Felipe Espíndola Gouvêa**  
Membro de Banca



TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E  
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): **Maria Luiza Goncalves Gallotti Ramos da Silva**  
RG: **4215207 SSP/SC**  
CPF: **00927812924**  
Matrícula: **10201151**  
Título do TCC: **Vinculação da decisão proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas.**  
Orientador(a): **Pedro Miranda de Oliveira**

Eu, **Maria Luiza Goncalves Gallotti Ramos da Silva**, acima qualificado(a);  
venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade  
e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 10 de Julho de 2015

Assinatura manuscrita de Maria Luiza Goncalves Gallotti Ramos da Silva.

---

Maria Luiza Goncalves Gallotti Ramos da Silva

## RESUMO

O Poder Judiciário brasileiro encontra-se cada vez mais assoberbado de processos judiciais que possuem por objeto circunstâncias fáticas ou fundamentos jurídicos idênticos, as chamadas ações repetitivas. Muito embora a patente similaridade entre essas ações, é possível observar a proliferação de decisões judiciais díspares, tendo em vista a inexistência, até a introdução no sistema processual do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), de um mecanismo de tratamento homogêneo dessas causas.

Nesse contexto, o intuito do presente trabalho é analisar o mecanismo processual do incidente de resolução de demandas repetitivas, novidade introduzida no referido diploma processual, assim como verificar a extensão da força vinculante da decisão padrão proferida nesse instituto como um precedente obrigatório às ações similares. Assim, além de se examinar o procedimento de instauração e julgamento desse mecanismo, propõe-se, com esse estudo, apurar a relevância desse novo instrumento processual para o tratamento isonômico e a segurança jurídica do ordenamento jurídico pátrio.

**Palavras-chave:** Ações repetitivas – novo Código de Processo Civil – tratamento homogêneo – incidente de resolução de demandas repetitivas.

## ABSTRACT

The Brazilian Judiciary currently faces an overwhelming crisis regarding the accumulation of judicial processes. In great part, these demands have their core's bound by identical factual circumstances or legal foundation, the so-called repetitive claims. Although there's a manifest similarity between these claims, it is possible to observe the pronouncing of dissimilar judicial decisions, in view of the absence of uniform management mechanism of these claims before the introduction of such in the procedural system of the New Code of Civil Procedure (Law nº 13.105/2015).

In that context, the purpose of the present study is to analyze the procedural mechanism called “incidente de resolução de demandas repetitivas”, which is a novelty introduced in that Code, as well as to verify the extension of its decision's binding force to similar claims. Therefore, besides the examination of this mechanism's establishment and judgement procedure, this study intends to investigate the relevance of this new procedural instrument to comprehension of isonomic treatment and legal security in Brazilian law.

**Keywords:** Repetitive claims - New Brazilian Code of Civil Procedure – uniform treatment – the settlement of recurring claims.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1 - INSUFICIÊNCIA DA TUTELA PULVERIZADA DE CONFLITOS .....	10
<b>1.1 - Atomização x Molecularização de demandas .....</b>	<b>10</b>
<b>1.2 - Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos individuais .....</b>	<b>15</b>
1.2.1 – Tutela de direitos coletivos .....	17
1.2.2 – Tutela coletiva de direitos individuais .....	21
<b>1.3 - Demandas repetitivas .....</b>	<b>24</b>
2 - PRECEDENTE JUDICIAL COMO FONTE DO DIREITO .....	28
<b>2.1 - Fontes do Direito .....</b>	<b>28</b>
<b>2.2 - Sistemas de Direito Contemporâneo: Civil law e Common law .....</b>	<b>34</b>
<b>2.3 - Atualidade do precedente judicial como fonte vinculativa .....</b>	<b>38</b>
3 - VINCULAÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS .....	49
<b>3.1 - Segurança jurídica e isonomia como pilares no tratamento das demandas repetitivas .....</b>	<b>49</b>
<b>3.2 – Introdução ao novo incidente de resolução de demandas repetitivas .....</b>	<b>56</b>
<b>3.3 – Vinculação da decisão proferida no incidente de resolução de demandas repetitivas .....</b>	<b>61</b>
3.3.1 – Julgamento liminar de improcedência .....	66
3.3.2 – Remessa necessária .....	68
3.3.3 – Poderes do relator .....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	72

## INTRODUÇÃO

Todos os dias são levados à apreciação do Poder Judiciário brasileiro milhares de novos processos judiciais, dentre os quais grande parte versa sobre circunstâncias fáticas e fundamentos jurídicos semelhantes, porquanto decorrentes das atuais relações massificadas e dos consequentes litígios de massa. Essas ações judiciais, as quais são denominadas de demandas repetitivas, contribuem de modo considerável ao assoberbamento das vias judiciárias já tão congestionadas.

Entretanto, conquanto a patente similitude existente entre muitos desses processos, passou-se a observar julgamentos díspares, de modo a violar sobremaneira os princípios da isonomia e da segurança jurídica. Essas decisões distintas afrontam os aludidos preceitos, uma vez que julgam de modo distinto demandas análogas, de modo a impossibilitar a continuidade da ordem jurídica.

Até a sanção do Código de Processo Civil de 2015, não havia um instituto processual com vistas a uma prestação jurisdicional isonômica e de modo a garantir a segurança jurídica das demandas repetitivas, por meio do qual é possível estabelecer uma decisão padrão a ser seguida pelos demais órgãos judiciários na qualidade de precedente obrigatório, como o introduzido incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).

Nesse cenário, tem-se o intuito de enfatizar a necessidade da vinculação do julgamento proferido nesse incidente à resolução de todos os outros processos individuais que versem sobre idênticas teses jurídicas. Isso porque tal vinculação, além de reduzir o tempo da prestação jurisdicional, assegura tratamento semelhante aos casos similares, de modo a gerar segurança jurídica.

Para tanto, o método de pesquisa empregado foi o dedutivo, com a utilização de instrumentos doutrinários e legais acerca do assunto em análise.

Dividiu-se o trabalho em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No primeiro, expõe-se a ineficaz e ineficiente prestação jurisdicional através do exame pulverizado de processos judiciais semelhantes. Assim, apresentar-se-á os traços individualistas constatados no surgimento das regras processuais brasileiras, as quais foram, aos poucos, adquirindo concepções coletivas. Posteriormente, mostrar-se-á em quais situações jurídicas o tratamento coletivo de direitos pode ser visto como uma opção ao processo de



cunho individual. Na sequência, apontar-se-á que o processo coletivo não é hábil a tratar todos os direitos que extrapolem a esfera individual, sendo as ações repetitivas consequência direta dessa inaptidão.

Por sua vez, o segundo capítulo tem como ponto central a apresentação da importância atualmente conferida à jurisprudência e aos precedentes judiciais como fontes do direito. Para tanto, serão demonstradas as fontes da ordem jurídica comumente aceitas pela doutrina nacional, bem como será realizada a diferenciação dos sistemas jurídicos *civil law* e *common law* com base no tratamento concedido àquelas. Em seguida, será evidenciada a relevância dos precedentes judiciais na formação do direito, em especial quanto ao concernente às demandas repetitivas.

No terceiro capítulo, abordar-se-á a necessidade de vinculação do julgamento proferido no incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR). Dessa forma, demonstrar-se-á a necessidade de conferir continuidade e estabilidade à ordem jurídica, assim como de conceder tratamento uniforme aos processos repetitivos. Ademais, analisar-se-á os procedimentos de instauração e julgamento do IRDR e, por fim, será defendida a fundamental aplicação da tese jurídica definida no incidente aos casos análogos.

## **1 - INSUFICIÊNCIA DA TUTELA PULVERIZADA DE CONFLITOS**

No presente capítulo, pretende-se apresentar o déficit de prestação jurisdicional, tanto em relação à eficiência, quanto no que se refere à efetividade, gerado pelo tratamento pulverizado de demandas análogas.

Para tanto, inicialmente se abordará o caráter individualista com que foi concebido o processo civil brasileiro, o qual, em momento posterior, rumou em direção ao tratamento coletivo. Em seguida, demonstrar-se-á em que medida a tutela coletiva de direitos pode, em certas situações, ser uma alternativa ao processo individual. Por fim, destacar-se-á que a coletivização não se mostra como solução possível a todo e qualquer direito que extravase a esfera de um único indivíduo, de modo que as demandas repetitivas são o reflexo de tal impossibilidade.

### **1.1 - Atomização x Molecularização de demandas**

O direito processual civil brasileiro, acompanhando a trajetória de nossa matriz colonizadora, restou arquitetado para atender a composição tão somente de litígios de natureza individual<sup>1</sup>. Desse modo, o processo civil tradicional foi concebido para dirimir conflitos entre A e B, ou seja, manifestamente individuais<sup>2</sup>.

Esse perfil individualista, marcado pela influência da filosofia política do liberalismo, foi contemplado no Código de Processo Civil brasileiro de 1973 (Lei n. 5.869/1973), uma vez que as regras constantes nesse diploma foram estruturadas para que o processo veiculasse pretensões individuais, a serem solucionadas pelo julgador<sup>3</sup>.

Leonardo José Carneiro da Cunha esclarece que “o direito de ação, suas condições e pressupostos revelam-se, dentro da estrutura original do Código de Processo Civil, como institutos criados e disciplinados para atender apenas a pessoa do autor e a pessoa do réu”. Portanto, tudo se desenvolvia à luz da individualidade em ambos os polos do processo, o qual possuía apenas um sujeito ativo e um sujeito passivo<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup>TORRES, Artur. Do individualismo ao coletivismo no processo civil brasileiro. p. 20.

<sup>2</sup>ARRUDA ALVIM WAMBIER, Teresa; WAMBIER, Luiz Rodrigues. Anotações sobre as ações coletivas no Brasil – presente e futuro. p. 609.

<sup>3</sup>CUNHA, Leonardo José Carneiro da. O regime processual das causas repetitivas. p. 140-141.

<sup>4</sup>THEODORO JR., Humberto. Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. p. 14.

Nessa toada, percebe-se que o processo civil brasileiro tem a ação individual como centro e base de todo o sistema, tendo em vista que tão somente o titular do direito pode “pleitear” seu cumprimento por via da ação<sup>5</sup>, de acordo com a regra insculpida no art. 6º<sup>6</sup>, do Código de Processo Civil de 1973.

Diante de tais observações, constata-se que o diploma processual civil foi editado sem qualquer compromisso com questões que ultrapassam o âmbito individual, inexistindo, portanto, preocupação com questões de cunho social e metaindividuais. Tal situação denuncia o viés privatista do sistema processual da época.

Entretanto, devido ao desenvolvimento e ao incremento da sociedade de massa, o processo civil eminentemente individualista, o qual correspondia a um direito material de igual caráter, sofreu modificações. Passou a ser um processo destinado a atender também a grupos, categorias e classes de pessoas, no que se refere, sinteticamente, à qualidade de vida (direito ao ambiente sadio, a relações de consumo equilibradas, ao respeito ao usuário de serviços públicos, à segurança dos investidores)<sup>7</sup>.

A respeito de tal contexto, Antonio Adonias Aguiar Bastos assevera que

indivíduo e massa passam a conviver simultaneamente, sem que um deva excluir o outro. Um dos desafios da sociedade passa a ser a manutenção do equilíbrio entre ambos. Não é possível pensar somente no modelo massificado, sob pena de acabar com a identidade e a significação do indivíduo e de sua diferença em relação ao outro. Mas também não é possível conceber um paradigma puramente individualista, dada a dinâmica da inserção social em grupos, classes e categorias, com vantagens para todos os que os integram e problemas que afligem à coletividade<sup>8</sup>.

Esses problemas surgidos com o novo modelo de sociedade tornaram evidente a carência do direito processual vigente em tutelar, de maneira adequada, os novos direitos deles provenientes – os chamados direitos transindividuais. Contudo, antes mesmo de ocorrer qualquer mudança no ordenamento processual diante de tal inaptidão, o Poder Judiciário já vinha tendo que enfrentar e resolver esses litígios que extrapolavam o indivíduo, envolvendo, na verdade, o coletivo.

Num primeiro momento, então, em virtude da inexistência de regras processuais específicas ao tratamento de direitos coletivos, constatou-se a pulverização desses

---

<sup>5</sup>DIDIER JR.; Fredie; ZANETI JR., Hermes. Curso de Direito Processual Civil: processo coletivo. p. 30.

<sup>6</sup>Art. 6º. Ninguém pode pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.

<sup>7</sup>CINTRA, Antonio Carlos de Araújo *et al.* Teoria Geral do Processo. p. 147.

<sup>8</sup>BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. Situações jurídicas homogêneas: um conceito necessário para o processamento das demandas de massa. p. 88.

direitos. O referido fenômeno, que pode ser denominado de atomização, é concebido como “a análise individualizada pelo Poder Judiciário de interesses ou de questões cuja apreciação poderia ocorrer de maneira conjunta”<sup>9</sup>.

Assim, é possível perceber que a pulverização de multifários litígios individuais colabora, de modo significativo, ao incremento do número de processos que demandam o exercício jurisdicional, mostrando-se totalmente contraproducente e ineficiente. Consta-se, dessa forma, o déficit de prestação jurisdicional acarretado pela atomização de demandas afins.

Isso porque o referido fenômeno, como explicam os doutrinadores Aluisio Mendes, Gustavo Osna e Sérgio Arenhart,

depõe contra a prestação jurisdicional pelo fato de gerar milhares de litígios onde (sob uma moldura gerencial) poderia haver apenas um. Perde-se em recursos físicos e humanos, contrariando as práticas de gestão minimamente recomendadas e contribuindo para o exaurimento do Poder Judiciário<sup>10</sup>.

Nessa mesma linha, é possível afirmar que a ideia de pulverização é manifestamente desvantajosa para o exercício jurisdicional, obstando a maximização de uma série de aspectos inerentes à eficiência e à efetividade do processo<sup>11</sup>. Ademais, tem-se como consequência do tratamento individualizado de questões total ou parcialmente similares o exaurimento dos Tribunais e a possibilidade de que matérias idênticas recebam respostas consideravelmente distintas.

Logo, segundo a opinião de Guilherme Rizzo Amaral, “como consequência da massificação de litígios, efetividade e segurança são afetadas drasticamente”<sup>12</sup>.

De modo a reduzir o problema do assobramento da justiça, tem-se buscado, no Brasil, através de recentes e sucessivas reformas legislativas, criar técnicas processuais de julgamento macromolecular, ou seja, técnicas que proporcionem julgamentos que possam gerar efeitos a múltiplas demandas individuais que tratem da mesma controvérsia fática ou jurídica<sup>13</sup>.

Em síntese, nota-se que o desenvolvimento da economia capitalista, que desencadeou a necessidade de criação de múltiplos direitos, que antes não eram levados a

---

<sup>9</sup>MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; OSNA, Gustavo; ARENHART, Sérgio Cruz. Cumprimento de sentenças coletivas: a pulverização à molecularização. p. 44.

<sup>10</sup>*Ibid.*, p. 47.

<sup>11</sup>*Ibid.*, p. 43.

<sup>12</sup>AMARAL, Guilherme Rizzo. Efetividade, segurança, massificação e a proposta de um “incidente de resolução de demandas repetitivas”. p. 57.

<sup>13</sup>PINTO, Luis Filipe Marques Porto Sá. Técnicas de tratamento macromolecular dos litígios - tendência de coletivização da tutela processual civil. p. 130.

conhecimento do Poder Judiciário, e, concorrentemente, a explosão de litigiosidade, levaram o ordenamento jurídico a criar métodos de tratamento coletivo (molecular) de questões comuns para evitar o abarrotamento do Judiciário<sup>14</sup>.

Consoante observa Luis Filipe Marques Porto Sá Pinto, essa mudança no modo de enxergar a relação processual é uma

decorrência lógica da insuficiência do modelo atomizado de solução de conflitos frente à expansão das relações de massa e do alcance dos problemas correlatos, fruto do crescimento da produção, dos meios de comunicação e do consumo. Multiplicam-se, portanto, as lesões sofridas pelas pessoas, na qualidade de consumidores, contribuintes, aposentados, servidores públicos, trabalhadores, moradores, etc., decorrentes de circunstâncias de fato ou relações jurídicas comuns<sup>15</sup>.

Nesse contexto fático, a lide intersubjetiva e atomizada, ou seja, pulverizada, tende a perder espaço para a coletivização da relação processual, tendo em vista que “o processo civil individual, da forma como fora projetado pelo legislador, começa a demonstrar fragilidade para atender aos anseios da sociedade quando o assunto é a reparação do dano em massa (tão frequente na fase pós-moderna do capitalismo)”<sup>16</sup>.

Dessa forma, “a coletivização se apresenta como um remédio em potencial, constituindo a alternativa antagônica à pulverização [...]. Aqui, não se fala mais em analisar os interesses ou questões similares de forma individualizada, mas exatamente na possibilidade de se proceder à sua aglutinação”<sup>17</sup>, de modo a englobar um número maior de lides.

Noutros termos, “há coletivização de interesses cada vez que o regramento procedimental faz com que algumas questões (ou alguns direitos) que poderiam ser enfrentadas de forma individual recebam resposta conjunta”<sup>18</sup>. Assim, um só processo possui o condão de solucionar esses novos conflitos, os quais atingem inúmeros indivíduos.

Em consequência, diminui-se o número de demandas ajuizadas perante o Poder Judiciário – o que também ocasiona a redução dos custos - tendo em vista que é necessário tão somente um processo e, portanto, uma sentença para dirimir a controvérsia existente entre as partes envolvidas.

Ademais, uma vez que uma mesma sentença abarca diversos conflitos afins, não é possível existir decisões distintas e, muito menos, antagônicas. A sentença proferida na

---

<sup>14</sup>*Ibid.*, p. 121.

<sup>15</sup>*Ibid.*, p. 130.

<sup>16</sup>*Ibid.*, p. 141.

<sup>17</sup>MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; OSNA, Gustavo; ARENHART, Sérgio Cruz. Cumprimento de sentenças coletivas: a pulverização à molecularização. p. 48.

<sup>18</sup>*Ibid.*, p. 49.

ação coletiva, na qual uma pretensão de direito material é veiculada molecularmente, é única e abarca todos os conflitos e direitos coletivos por ela tutelados.

Nesse ponto, também merece destaque o fato de que a inexistência de decisões contraditórias acaba por gerar um aumento de credibilidade dos órgãos jurisdicionais. Outra vantagem do tratamento molecularizado de direitos transindividuais é, portanto, a garantia de previsibilidade e segurança jurídica das relações sociais.

Ressalta-se, ainda, que o processo coletivo possui como uma de suas funções a efetiva promoção dos direitos metaindividuais, que, anteriormente, sob o viés individualista, não se concretizariam, uma vez que muitos sujeitos de direito não ingressariam pessoalmente em juízo. Nessa linha, a coletivização assume importantes contornos econômicos, tendo em vista que torna possível a realização do direito objetivo, superando o déficit de informação e permitindo que o sujeito seja tutelado sem a necessidade de adotar impulsos (por vezes fora de seu alcance)<sup>19</sup>.

De modo a sintetizar a inauguração da ação coletiva, lembra Kazuo Watanabe que o objetivo visado pelo legislador foi de

tratar molecularmente os conflitos de interesses coletivos, em contraposição à técnica tradicional de solução atomizada, para com isso conferir peso político maior às demandas coletivas, solucionar mais adequadamente os conflitos coletivos, evitar decisões conflitantes e aliviar a sobrecarga do Poder Judiciário atulhado de demandas fragmentárias<sup>20</sup>.

Assim, de acordo com Teori Zavascki, impõe-se concluir que, hodiernamente, o processo civil já não se limita à prestação da tutela jurisdicional nas modalidades clássicas, tampouco se resume a solucionar conflitos de interesses individualizados. Em suas palavras, afirma que “o sistema processual é, atualmente, mais rico e mais sofisticado”<sup>21</sup>.

Destarte, feitas as considerações a respeito das características e das consequências tanto do tratamento atomizado, quanto do tratamento molecularizado de demandas, passar-se-á a analisar a tutela coletiva de direitos vigente no ordenamento jurídico brasileiro.

---

<sup>19</sup>*Ibid.*, p. 62.

<sup>20</sup>WATANABE, Kazuo. Demandas coletivas e os problemas emergentes da práxis forense. p. 19.

<sup>21</sup>ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. p. 14.

## 1.2 - Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos individuais

Não há como definir o momento do surgimento dos pleitos referentes aos direitos que extrapolam a esfera particular do indivíduo. Nesse sentido, vê-se da lição de Teori Albino Zavascki:

A origem dos processos coletivos é remota e não poderia ser traduzida em um simples fato concreto, mas pelo gradual aparecimento de demandas que tratavam de questões que excediam o âmbito do patrimônio jurídico individual dos demandantes, atualmente denominadas de ações “pseudoindividuais” pela doutrina<sup>22</sup>.

Em consequência, sentiu-se, no âmbito do processo civil, a imperiosa necessidade de adaptar-se às novas concepções que valorizavam o social e revelavam a existência de direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos até então nem sequer pensados pelo direito processual<sup>23</sup>.

Isso porque, o modelo de processo então existente revelou-se esgotado e insuficiente para atender às exigências impostas pelos novos tempos e pelas necessidades de uma sociedade em transformação, marcada por relações cada vez mais impessoais e coletivizadas.

Em virtude dos conflitos ocasionados pelo novo tipo de sociedade que ora se apresentava, iniciaram-se diversas modificações no sistema processual civil até então em vigor, de modo a enfatizar a solução dos litígios em sua dimensão coletiva.

De início, foi introduzida ao sistema a lei disciplinadora das ações populares (Lei n. 4.717/1965), a qual foi sucedida pela lei das ações civis públicas (Lei n. 7.347/1985). Ademais, a Constituição Federal de 1988 inovou na criação do mandado de segurança coletivo, previsto no art. 5º, LXX<sup>24</sup>. Em momento posterior, foram editados diplomas normativos que proveram sobre a tutela de interesses transindividuais de pessoas portadoras de deficiências (Lei n. 8.069/1990), de consumidores (Lei n. 8.078/1990), da probidade na administração pública (Lei n. 8.429/1992), da ordem econômica (Lei n. 8.884/1994) e dos interesses das pessoas idosas (Lei n. 10.741/2003).

---

<sup>22</sup>PINTO, Luis Filipe Marques Porto Sá. *Op. Cit.*, p. 121.

<sup>23</sup>THEODORO JR., Humberto. Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. p. 14.

<sup>24</sup>LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Além desses instrumentos para a tutela de direitos transindividuais, criaram-se mecanismos para a tutela coletiva de direitos subjetivos individuais<sup>25</sup>. Nesse tocante, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC (Lei n. 8.078/1990) trouxe como contribuição expressiva a disciplina da tutela, nas relações de consumo, dos “direitos individuais homogêneos”, além da conceituação dos direitos que não possuem como titular um indivíduo concretamente identificado – os direitos “difusos” e “coletivos”.

Com a introdução dos aludidos diplomas legislativos no ordenamento jurídico pátrio, fala-se hoje em um microsistema brasileiro de processo coletivo, o qual consolidou, lado a lado em meio ao regime da ação civil pública, as categorias de direitos “difusos”, “coletivos” e “individuais homogêneos”<sup>26</sup>, os quais a doutrina costuma denominar indistintamente interesses coletivos, grupais ou metaindividuais.

Sendo assim, é possível constatar que se tem hoje, em razão desse avanço legislativo, uma tutela mais adequada dos conflitos de interesses coletivos, que até então eram tratados atomizadamente, pela técnica da fragmentação dos conflitos prevista no art. 6º do CPC/1973<sup>27</sup>.

A importância do referido microsistema pode ser resumida nos dizeres do Ministro Teori Albino Zavascki

o certo é que o subsistema do processo coletivo tem, inegavelmente, um lugar nitidamente destacado no processo civil brasileiro. Trata-se de subsistema com objetivos próprios (a tutela de direitos coletivos e a tutela coletiva de direitos), que são alcançados à base de instrumentos próprios [...] fundados em princípios e regras próprios, o que confere ao processo coletivo uma identidade definida no cenário processual<sup>28</sup>.

Ademais, é de ser conferida grande relevância ao microsistema de tutela coletiva e seus mecanismos, na medida em que se mostram como alternativas adequadas de aperfeiçoamento da prestação individual da tutela jurisdicional.

Ao analisar os textos legislativos concernentes ao subsistema de processo coletivo, Pedro da Silva Dinamarco constata que

hoje os respectivos conceitos estão formalmente bem definidos e diferenciados na lei, apesar de a doutrina e a jurisprudência muitas vezes não chegarem a um consenso quando surge uma situação concreta, especialmente

---

<sup>25</sup>ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. p. 15.

<sup>26</sup>MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; OSNA, Gustavo; ARENHART, Sérgio Cruz. Cumprimento de sentenças coletivas: a pulverização à molecularização. p. 56.

<sup>27</sup>WATANABE, Kazuo. Demandas coletivas e os problemas emergentes da práxis forense. p. 15.

<sup>28</sup>ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. p. 22.



na distinção entre interesse coletivo (em sentido estrito) e interesse individual homogêneo<sup>29</sup>.

Com o intuito de facilitar a identificação da natureza do direito material lesado ou ameaçado, “é preciso, pois, que não se confunda defesa de direitos coletivos com defesa coletiva de direitos (individuais)”<sup>30</sup>. Nessa toada, define-se que a tutela coletiva “abrange dois tipos de interesses ou direitos: a) os essencialmente coletivos, que são os ‘difusos’ [...] e os ‘coletivos’ propriamente ditos [...]; b) os de natureza coletiva apenas na forma em que são tutelados, que são os ‘individuais homogêneos’”<sup>31</sup>.

Vista essa primeira diferenciação entre os direitos coletivos *lato sensu*, tão somente no plano da tutela processual, mostra-se necessário fazer uma abordagem específica de cada uma das espécies de tutela, assim como uma análise pormenorizada de cada uma das categorias de interesses metaindividuais.

### 1.2.1 – Tutela de direitos coletivos

Direitos coletivos em sentido amplo são direitos subjetivamente transindividuais, isto é, não possuem titulares individualmente determinados. Destarte, possuem múltipla e indeterminada titularidade, pois pertencem a um grupo de pessoas, a uma classe, a uma categoria, ou à própria sociedade, considerada em seu sentido amplo.

Assim sendo, a tutela jurisdicional de direitos coletivos não está disponível aos indivíduos que serão por ela beneficiados. Por esse motivo, a sua defesa em juízo se dá sempre em forma de substituição processual, uma vez que o sujeito ativo da relação processual não é o sujeito ativo da relação de direito material.

Nessas hipóteses, há, portanto, legitimidade extraordinária, uma vez que se pleiteia direito alheio em nome próprio. Nesses casos, essa forma anômala e excepcional de defesa de interesses em juízo deve ser autorizada por expressa disposição legal, segundo a regra contida no artigo 18, caput, do Código de Processo Civil de 2015, que dispõe *in verbis*:

Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

---

<sup>29</sup>DINAMARCO, Pedro da Silva. Ação Civil Pública. p. 50.

<sup>30</sup>ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. p. 33.

<sup>31</sup>GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* Código Brasileiro de Defesa do Consumidor – comentado pelos autores do anteprojeto. p. 818-819.

Nos casos em que não houver autorização por parte do legislador, o direito, de acordo com o dispositivo supratranscrito, somente poderá ser requerido pela pessoa atingida de alguma forma, isto é, por aquele que teve seu direito violado ou ameaçado. Trata-se da legitimação ordinária, que é a forma clássica de defesa dos interesses em juízo.

Outra característica desses direitos coletivos é a indivisibilidade material, isto é, esses direitos não podem ser satisfeitos nem lesados senão em forma que afete a todos os possíveis titulares. Assim, as decisões proferidas em demandas concernentes a tais direitos afetam toda a sociedade ou, em sua totalidade, a categoria, o grupo ou a classe de pessoas possuidores do direito em questão.

Em síntese, nos dizeres de Péricles Prade, esses direitos

são os titularizados por uma cadeia abstrata de pessoas, ligadas por vínculos fáticos exurgidos de alguma circunstancial identidade de situação, passíveis de lesões disseminadas entre todos os titulares, de forma pouco circunscrita e num quadro abrangente de conflituosidade<sup>32</sup>.

Entendida a tutela dos direitos coletivos *lato sensu*, mister se faz realizar as diferenciações existentes entre os direitos pertencentes a essa classe – os direitos difusos e os coletivos *stricto sensu* – os quais são objeto dos tópicos subsequentes.

#### 1.2.1.1 – Direitos difusos

Segundo a definição dada pelo legislador, no artigo 81, parágrafo único, I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC) são interesses e direitos difusos *os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato*.

Da análise do texto legal, é possível perceber que o objeto desses interesses não pode ser quantificado ou dividido entre os membros da coletividade, de modo que só podem ser considerados como um todo inseparável.

Em razão disso, Pedro da Silva Dinamarco afirma que

não é possível proteger um indivíduo sem que essa tutela não atinja automaticamente os demais membros da comunidade que se encontram na mesma situação. Ou atinge todos ou não atinge ninguém. Ela não é, portanto, mera soma de uma pluralidade de pretensões individuais. Essa

---

<sup>32</sup>PRADE, Péricles. Conceito de interesses difusos. p. 61.

indivisibilidade, na verdade, está no bem da vida a que se visa e não na causa de pedir<sup>33</sup>.

Em consequência dessa indivisibilidade do bem jurídico tutelado, o exercício da tutela jurisdicional dos direitos difusos é necessariamente coletivo, sendo impossível fruí-los individualmente<sup>34</sup>.

Para o doutrinador Hugo Nigro Mazzili, os direitos em análise

compreendem grupos menos determinados de pessoas (melhor do que pessoas indeterminadas, são antes pessoas indetermináveis), entre as quais inexistente vínculo jurídico ou fático preciso. São como um feixe ou conjunto de interesses individuais, de objeto indivisível, compartilhados por pessoas indetermináveis, que se encontram unidas por circunstâncias de fato conexas<sup>35</sup>.

Sobre a conexão dos titulares mediante conjunturas fáticas, é possível enfatizar que essa relação fática também se subordina a uma relação jurídica (como ocorre com quaisquer relações fáticas e jurídicas); entretanto, no caso dos interesses difusos, a lesão ao grupo não decorrerá diretamente da relação jurídica em si, mas sim da situação fática corolária<sup>36</sup>.

Portanto, nota-se que o legislador, na conceituação dos interesses ou direitos difusos, optou pelo critério da indeterminação dos titulares e da inexistência entre eles de relação jurídica-base, no aspecto subjetivo, e pela indivisibilidade do bem jurídico, no aspecto objetivo<sup>37</sup>.

Outrossim, o intuito do legislador com relação aos direitos difusos “foi o de submetê-los à apreciação judicial na sua configuração molecular, para assim se obter uma tutela mais efetiva e abrangente”<sup>38</sup>.

#### 1.2.1.2 – Direitos coletivos em sentido estrito

A regra insculpida no art. 81, parágrafo único, II, do CDC afirma que os direitos coletivos em sentido estrito são os *transindividuais de natureza indivisível de que seja*

---

<sup>33</sup>DINAMARCO, Pedro da Silva. Ação Civil Pública. p. 523.

<sup>34</sup>BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. Situações jurídicas homogêneas: um conceito necessário para o processamento das demandas de massa. p. 100-101.

<sup>35</sup>MAZZILI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo, p. 53.

<sup>36</sup>*Ibid.*, p. 53.

<sup>37</sup>WATANABE, Kazuo. Demandas coletivas e os problemas emergentes da práxis forense. p. 16.

<sup>38</sup>GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* Código Brasileiro de Defesa do Consumidor – comentado pelos autores do anteprojeto. p. 822.

*titular grupo, categoria, ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica-base.*

Constata-se, ao apreciar a norma supratranscrita, que os direitos coletivos em sentido estrito possuem natureza una, pois não é possível conceber tratamento diferenciado aos diversos interessados coletivamente. Entretanto, ressalta-se que os seus sujeitos são indeterminados, porém determináveis, uma vez que se pode precisar o conjunto de titulares constante no preceito legislativo a que se refere o interesse em questão.

No tocante a essas observações, a professora Ada Pellegrini Grinover salienta que

com o uso da expressão “transindividuais de natureza indivisível” se descartou, antes de mais nada, a ideia de interesses individuais agrupados ou feixe de interesses individuais da totalidade dos membros de uma entidade ou de parte deles<sup>39</sup>.

Por esse motivo, os doutrinadores Pedro da Silva Dinamarco e Rodolfo de Camargo Mancuso defendem que a categoria de direito coletivo não se trata de uma mera soma de interesses individuais, mas, em verdade, de uma síntese desses interesses<sup>40</sup>.

Diante de tal característica, para a defesa do direito coletivo ameaçado ou violado, mostra-se dispensável a organização da coletividade em entidades bem definidas. Destarte, a manifesta unitariedade do direito coletivo acaba por dispensar a organização formal do grupo titular do direito.

Nesse sentido, segundo afirma Kazuo Watanabe,

os direitos coletivos, mesmo sem organização, apresentam tal nível de homogeneidade que, independentemente de sua harmonização formal ou amalgamação pela reunião de seus titulares em torno de uma entidade representativa, são perfeitamente viáveis, e mesmo desejáveis, as suas proteções jurisdicionais em forma molecular<sup>41</sup>.

Quanto ao vínculo que une os sujeitos dos direitos coletivos *stricto sensu*, Pedro da Silva Dinamarco assevera que a relação jurídica base é preexistente à lesão ou

---

<sup>39</sup>*Ibid.*, p. 823.

<sup>40</sup>DINAMARCO, Pedro da Silva. Ação Civil Pública. p. 56; MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses Difusos: conceito e colocação no quadro geral dos “interesses”. p. 169.

<sup>41</sup>WATANABE, Kazuo. Demandas coletivas e os problemas emergentes da práxis forense. p. 17.

ameaça de lesão do interesse ou direito do grupo, categoria ou classe de pessoas, não sendo a relação jurídica nascida da própria lesão ou da ameaça à lesão<sup>42</sup>.

Dessa afirmação, é possível inferir que deve existir um liame jurídico entre os componentes da coletividade lesada ou intimidada ou entre estes e o violador do direito antes mesmo do momento em que se verificará tal ameaça ou violação.

Sobre o tema, Hugo Nigro Mazzili alerta que

embora o CDC se refira a ser uma relação jurídica básica o elo comum entre os lesados que comunguem o mesmo interesse coletivo (tomado em seu sentido estrito), ainda aqui é preciso admitir que essa relação jurídica disciplinará inevitavelmente uma hipótese fática concreta; entretanto, no caso de interesses coletivos, a lesão ao grupo não decorrerá propriamente da relação fática subjacente, e sim da própria relação jurídica viciada que une o grupo<sup>43</sup>.

Em resumo, o interesse para o qual se reclama tutela pode ser comum a um grupo mais ou menos vasto de pessoas, em razão de vínculo jurídico que as une a todas entre si, sem, no entanto, situar-se no próprio conteúdo da relação plurissubjetiva<sup>44</sup>.

### 1.2.2 – Tutela coletiva de direitos individuais

Decorrem da sociedade de massa conflitos seriais, que possuem pequena expressão econômica, os quais, por tal motivo, dificilmente chegam às portas do Poder Judiciário, uma vez que o “custo-benefício” (i)material da judicialização não é atrativo ao titular do direito ofendido.

Também resultam da massificação social lesões de difícil comprovação caso observadas de modo singular, mas que tem sua demonstração facilitada quando observadas e examinadas por meio de um prisma macroscópico.

Com vistas a solucionar as questões apresentadas, e ainda racionalizar a distribuição da prestação jurisdicional, entra em cena a tutela coletiva de interesses individuais. Essa espécie de tutela possibilita a proteção coletiva, isto é, molecular, de direitos genuinamente individuais, mas que possuem uma dimensão coletiva, uma vez que produtos desse novo modelo de sociedade (em massa).

---

<sup>42</sup>GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* Código Brasileiro de Defesa do Consumidor – comentado pelos autores do anteprojeto. p. 822.

<sup>43</sup>MAZZILI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. p. 55.

<sup>44</sup>GRINOVER, Ada Pellegrini *et al apud* BARBOSA MOREIRA. *Op. cit.*, p. 822-823.

A identidade existente entre as causas autoriza a concessão de uma mesma prestação jurisdicional a todos os titulares de direitos, de modo a gerar, através de tão somente uma decisão judicial, tratamento uniforme para situações que se enquadram na mesma hipótese normativa. Tal medida não possui outros resultados senão a facilitação de acesso ao Poder Judiciário e a preservação da isonomia.

Nesse sentido, Teori Albino Zavascki recomenda a defesa conjunta desses direitos tipicamente individuais ao sustentar que

para fins de tutela jurisdicional coletiva, não faz sentido, portanto, sua versão singular (um único direito homogêneo), já que a marca da homogeneidade supõe, necessariamente, uma relação de referência com outros direitos individuais assemelhados<sup>45</sup>.

Por conseguinte, conclui-se que “quando se fala, pois, em ‘defesa coletiva’ ou em ‘tutela coletiva’ de direitos homogêneos, o que se está qualificando como coletivo não é o direito material tutelado, mas sim o modo de tutelá-lo, o instrumento de sua defesa”<sup>46</sup>.

Realizada uma abordagem das propriedades e funções da tutela coletiva de direitos individuais, julga-se necessária a apresentação da espécie de direito representativa desse tipo de tutela – os direitos individuais homogêneos –, objeto de análise no tópico seguinte.

#### 1.2.2.1 – Direitos individuais homogêneos

O artigo 81, parágrafo único, III, do CDC proclama que os interesses ou direitos individuais homogêneos são os *decorrentes de origem comum*.

Por origem comum pode-se entender que a relação que se forma com a parte contrária decorre unicamente da lesão sofrida, ou seja, é dispensável a existência de uma relação jurídica-base anterior à lesão, ao contrário do que ocorre nos interesses coletivos<sup>47</sup>.

No entanto, essa “origem comum” não significa, necessariamente, uma unidade factual e temporal<sup>48</sup>. Não implica, necessariamente, na exigência de que os fatos causadores do dano tenham ocorrido ao mesmo tempo e na mesma localidade. Basta que as

---

<sup>45</sup>ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. p. 34.

<sup>46</sup>*Ibid.*, p. 35.

<sup>47</sup>DINAMARCO, Pedro da Silva. Ação Civil Pública. p. 61.

<sup>48</sup>WATANABE, Kazuo. Demandas coletivas e os problemas emergentes da práxis forense. p. 18.

vítimas tenham, como causa de seus danos, fatos com homogeneidade tal que os tornam o primórdio de todos eles.

Por seu turno, os direitos individuais homogêneos possuem titulares perfeitamente identificáveis e podem ser fracionados. Isso porque esses direitos são, na verdade, independentes no plano fático, de modo que o prejuízo de cada titular é precisamente verificável.

Pedro da Silva Dinamarco enfatiza tais propriedades, quando afirma que esses direitos “são divisíveis, passíveis de ser atribuídos individual e proporcionalmente a cada um dos indivíduos interessados (que são identificáveis), sendo essa sua grande diferença com os interesses difusos ou coletivos (estes sim indivisíveis)”<sup>49</sup>.

Há, aqui, uma pluralidade que não é somente dos sujeitos, os quais são indivíduos determinados, mas também do objeto material, que é divisível e pode ser decomposto em unidades autônomas, com titularidade própria<sup>50</sup>. Destarte, os titulares podem ser bem definidos e o dano ou a responsabilidade se caracterizam por sua extensão cindível ou variável entre os integrantes do grupo.

Diante de tais peculiaridades, o Ministro Teori Albino Zavascki sustenta, inclusive, que os direitos individuais homogêneos

são, simplesmente, direitos subjetivos individuais. A qualificação de homogêneos não altera nem pode desvirtuar essa sua natureza. É qualificativo utilizado para identificar um conjunto de direitos subjetivos individuais ligados entre si por uma relação de afinidade, de semelhança, de homogeneidade<sup>51</sup>.

Assim, é possível sustentar que a classe denominada de direitos individuais homogêneos não é uma nova categoria de direitos subjetivos ou materiais, mas, na realidade, uma abordagem processualmente diferente dos direitos individuais. Na verdade, caracterizam-se como uma especial nuance da tutela processual de direitos individuais<sup>52</sup>.

Antonio Adonias Bastos sintetiza as particularidades desses direitos:

individuais homogêneos, que nada mais são do que direitos que podem ser exercitados por cada sujeito, e que diz respeito à sua própria esfera de interesses. Os titulares não têm necessariamente uma relação jurídica comum entre si, nem com a parte adversa. Decorrem de uma origem comum, compartilhada por um elevado número de sujeitos, sem, no entanto, perder

---

<sup>49</sup>DINAMARCO, Pedro da Silva. *Op. cit.*, p. 60.

<sup>50</sup>ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. p. 34-35.

<sup>51</sup>*Ibid.*, p. 34.

<sup>52</sup>ARENHART, Sérgio Cruz. A tutela coletiva de interesses individuais: para além da proteção dos interesses individuais homogêneos. p. 134.

as características de incidência sobre a esfera de cada um. Por isso, só podem ser considerados impropriamente coletivos. É a sua repetição que lhes dá essa significação, e não a esfera de interesse atingida<sup>53</sup>.

Em resumo, “a homogeneidade e a origem comum são, por conseguinte, os requisitos para o tratamento coletivo dos direitos individuais”<sup>54</sup>, uma vez que eles são verdadeiros interesses individuais, mas circunstancialmente tratados de forma coletiva.

Desse modo, a tutela coletiva de direitos, instrumento apto a desmotivar a proliferação de demandas repetitivas, isto é, atomizadas, não têm conseguido alcançar tal finalidade. O que se percebe, atualmente, é que muitos interesses de natureza coletiva têm sido tratados de maneira individual, gerando o crescente número de demandas repetitivas perante o Poder Judiciário.

Na opinião de Hugo Nigro Mazzili:

A proteção coletiva [...] não vem impactando na realidade brasileira da forma como poderia (e mesmo como possivelmente justificou sua concepção). Acredita-se que esta inaptidão se deve em larga escala a interpretações restritivas de suas balizas legais, bem como a resquícios de um apego individualista que insistem em tentar fincar os pés do processo na pulverização<sup>55</sup>.

Nesse diapasão, importante expor as particularidades da massificação processual, bem como os problemas decorrentes da multiplicação exacerbada de demandas.

### 1.3 - Demandas repetitivas

De início, mostra imprescindível elucidar que a definição de demandas repetitivas pode ser traduzida na tramitação paralela de significativa quantidade de ações que possuem semelhança em seu objeto e em sua razão de ajuizamento. A similitude nesses dois aspectos decorre do fato de que as lesões a direitos atingem, de modo análogo, um número relevante de indivíduos, os quais demandam individualmente uma prestação jurisdicional.

---

<sup>53</sup>BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. Situações jurídicas homogêneas: um conceito necessário para o processamento das demandas de massa. p. 101.

<sup>54</sup>GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* Código Brasileiro de Defesa do Consumidor – comentado pelos autores do anteprojeto. p. 825.

<sup>55</sup>MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; OSNA, Gustavo; ARENHART, Sérgio Cruz. Cumprimento de sentenças coletivas: a pulverização à molecularização. p. 55.



De acordo com Leonardo José Carneiro da Cunha, não é raro que uma determinada situação atinja, em massa, uma quantidade exagerada de pessoas, que, diante disso, passam a ingressar em juízo na busca do reconhecimento de seu direito<sup>56</sup>.

Ademais, essas causas repetitivas são identificadas por veicularem casos judiciais massificados, que resultam de atividades reiteradas, realizadas no setor público ou na iniciativa privada<sup>57</sup>. Essas atividades, contudo, não perfazem uma origem comum, de modo que os atingidos não integram uma coletividade.

Para Antonio Adonias Aguiar Bastos,

os processos que versam sobre os conflitos massificados lidam com conflitos cujos elementos objetivos (causa de pedir e pedido) se assemelham, mas não chegam a se identificar. Cuida-se de questões afins, cujos liames jurídicos materiais concretos são similares, entre si, embora não consistam num só e mesmo vínculo<sup>58</sup>.

Assim, os processos em massa podem fazer referência a fatos manifestamente distintos e ainda assim serem considerados como repetitivos, caso veiculem as mesmas questões de direito, uma vez que calcados em fundamentos idênticos, solucionáveis unicamente a partir de interpretação da norma legal referente ao caso.

Como já dito, tal acúmulo de demandas repetitivas pode ser atribuído à insuficiência das ações coletivas para tratar sobre determinados casos, bem como pela crescente procura do Poder Judiciário pela população brasileira. O resultado, inevitavelmente, é o acúmulo de demandas repetitivas que almejam uma prestação jurisdicional.

Entretanto, esses processos repetitivos não se caracterizam apenas pela semelhança dos seus elementos objetivos, mas também por se apresentarem à justiça em proporções manifestamente consideráveis, de modo que é possível asseverar que “a categorização das demandas de massa dá-se pelos critérios acima expostos: identidade em tese, e não em concreto, da causa de pedir e do pedido, associada à repetição em larga escala”<sup>59</sup>.

É justamente essa repetição em grande quantidade de causas semelhantes que torna notória a insuficiência da capacidade da estrutura judicial no trato de demandas individuais. Além disso, a reprodução massificada de demandas em massa põe em xeque os

---

<sup>56</sup>CUNHA, Leonardo José Carneiro da. O regime processual das causas repetitivas. p. 142.

<sup>57</sup>CUNHA, Leonardo José Carneiro da. As causas repetitivas e a necessidade de um regime que lhes seja próprio. p. 3.

<sup>58</sup>BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. Situações jurídicas homogêneas: um conceito necessário para o processamento das demandas de massa. p. 97.

<sup>59</sup>*Ibid.*, p. 100.

valores jurídicos fundamentais da isonomia, segurança jurídica, efetividade e razoável duração do processo.

Na tentativa de solucionar tais questões, conferindo uma prestação jurisdicional efetiva, célere e isonômica, é que, segundo Kazuo Watanabe, faz-se mister buscar a reunião das lides atomizadas, dispensando-lhes tratamento em nível molecular, de modo a reunir as causas semelhantes com vistas a otimizar a administração dessas por parte do Poder Judiciário. Até porque, tendo em vista os princípios da isonomia e da segurança jurídica, demandas com pedidos idênticos, e com fundamento na mesma causa de pedir, devem obter igual prestação do mundo jurídico<sup>60</sup>.

Nas palavras do citado Aguiar Bastos:

Do ponto de vista de cada processo, trata-se de um conflito individual, cuja resolução atingirá a esfera jurídica das partes ali envolvidas. Enfocando o conjunto de processos repetitivos, cuidar-se-á de uma demanda-tipo, em relação à qual haverá um procedimento apropriado que objetiva alcançar uma solução-padrão para os litígios concretos que se enquadrem naquela situação homogeneizada<sup>61</sup>.

Logo, é possível conceber “que as demandas individuais e repetitivas devem ser tratadas enquanto tais, repetitivas, e devem ser julgadas de acordo com essa natureza, com resultados semelhantes para situações semelhantes”<sup>62</sup>. Por conseguinte, trata-se de “demandas-tipo, decorrentes de uma relação-modelo, que ensejam soluções-padrão”<sup>63</sup>.

Na opinião de Luiz Guilherme Marinoni, a multiplicação de ações dessa espécie, bastante comuns na sociedade hodierna, “geram, por consequência lógica, mais trabalho à administração da justiça, tomando, de forma absolutamente irracional, tempo e dinheiro do Poder Judiciário”<sup>64</sup>.

Por conseguinte, afirma-se que “a multiplicação de ações repetitivas desacredita o Poder Judiciário, expondo a racionalidade do sistema”<sup>65</sup>. Isso porque a proliferação das relações jurídico-materiais aumentaram, de modo visível, a quantidade de conflitos que delas surgem e que são vertidos ao Poder Judiciário.

Nesse sentido, Aguiar Bastos afirma que “estes fenômenos também alteraram o perfil das demandas, que passaram a ser isomórficas, estabelecendo uma terceira

---

<sup>60</sup>WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. p. 131.

<sup>61</sup>BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. *Op. cit.*, p. 102.

<sup>62</sup>ROSA, Renato Xavier da Silveira. Precedentes no processo civil brasileiro: valorização e efetividade. p. 106.

<sup>63</sup>BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. *Op. cit.*, p. 97.

<sup>64</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. Ações repetitivas e julgamento liminar. p. 675.

<sup>65</sup>*Ibid.*, p. 676.

categoria de causas, ao lado das demandas individuais e das coletivas”<sup>66</sup>. O doutrinador ainda continua, ao asseverar que “o grande volume de causas repetitivas vem assoberbando o Judiciário e provocando a criação de mecanismos legais para a solução em bloco destas lides”<sup>67</sup>.

Assim sendo, é compreensível que boa parte das reformas por que vem passando o processo civil brasileiro tenha escolhido como foco as demandas repetitivas, ao quais, de modo geral, se vem tentando imprimir um manejo judicial em bloco, a respaldar uma resposta judiciária de massa<sup>68</sup>.

Nesse diapasão, encontra-se o incidente de resolução de demandas repetitivas, a ser tratado em momento posterior no presente trabalho. Antes de tal análise, tendo em vista que a ideia deste instituto processual é, grosso modo, aplicar uma decisão paradigma aos demais processos repetitivos, mostra-se necessário apresentar a tendência de valorização do precedente judicial como fonte do ordenamento jurídico brasileiro.

---

<sup>66</sup>BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. O devido processo legal nas causas repetitivas. p. 52.

<sup>67</sup>*Ibid.*, p. 52.

<sup>68</sup>MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Contribuição esperada do Ministério Público e da Defensoria Pública na prevenção da atomização judicial dos megaconflitos. p. 108.

## 2 - PRECEDENTE JUDICIAL COMO FONTE DO DIREITO

Objetiva-se, com o capítulo que ora se inicia, justificar a relevância que, hodiernamente, vem sendo atribuída à jurisprudência e aos precedentes judiciais como fontes da ordem jurídica.

Para tanto, de início, serão apresentadas as diversas procedências do Direito, dentre as quais se confere ênfase à jurisprudência. Posteriormente, far-se-á uma abordagem sobre o tratamento concedido às gêneses da ordem jurídica pelos ordenamentos jurídicos hodiernos, de modo a efetuar a distinção entre os atuais grandes sistemas de direito do mundo ocidental: o *civil law* e o *common law*. Por fim, será demonstrada a importância da concepção dos precedentes judiciais como responsáveis pela formação do Direito, mormente no que se refere às demandas repetitivas.

### 2.1 - Fontes do Direito

As normas jurídicas válidas em um determinado tempo e espaço, as quais compõem o ordenamento jurídico, possuem gêneses dos mais diversos tipos. Podem ter origem na atividade legislativa e jurisdicional do Estado, como podem ser criadas sem intervenção de um órgão estatal.

Sobre o tema, Tercio Sampaio Ferraz Junior sustenta que, por fonte, “quer-se significar simultaneamente e, às vezes confusamente, a origem histórica, sociológica, psicológica, mas também a gênese analítica, os processos de elaboração e dedução de regras obrigatórias, ou, ainda, a natureza filosófica do direito, seu fundamento e sua justificação”<sup>69</sup>.

Na visão de Miguel Reale, “por ‘fonte do direito’ designamos os processos ou meios em virtude dos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória, isto é, com vigência e eficácia no contexto de uma estrutura normativa”<sup>70</sup>.

Nessa toada, tem-se que fonte do Direito é aquilo que o produz, aquilo que o faz nascer, ou seja, de onde a ciência jurídica provém, sendo, portanto, o modo de formação de normas e modelos jurídicos em um dado ordenamento. Logo, quando se questiona sobre tais fontes, indaga-se a respeito dos diversos processos de criação das regras coercitivas que são impostas a determinada sociedade.

---

<sup>69</sup>FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. p. 192.

<sup>70</sup>REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. p. 140.

Cada ordenamento jurídico, assim como cada período histórico reconhecem diferentes fontes do Direito. Por conseguinte, inexistente doutrina uníssona a respeito da questão, sendo possível, até os dias atuais, encontrar discussões tanto a respeito da classificação, quanto sobre o elenco de fontes.

Assim, tendo em vista o que se entende ser a maneira mais dogmática e sistematizada de trabalhar com o assunto, adota-se, aqui, a divisão das fontes do Direito em fontes materiais e formais.

As fontes materiais podem ser entendidas como os organismos ou as autoridades dotados de poderes para a elaboração do Direito. Essa categoria também pode ser compreendida como o conjunto de fatores que exigem ou confluem para a criação da ordem jurídica em determinada sociedade.

Paulo Nader esclarece que “as fontes materiais são constituídas pelos fatos sociais, pelos problemas que emergem na sociedade e que são condicionados pelos chamados fatos do Direito, como a Moral, a Economia, a Geografia, entre outros”<sup>71</sup>.

Já as fontes formais são aquelas através das quais o Direito, produzido ou que tenha sua criação exigida pela fonte material, manifesta-se. Sendo assim, “são os meios de expressão do Direito, as formas pelas quais as normas jurídicas se exteriorizam, tornam-se conhecidas”<sup>72</sup>.

Também é possível entender a espécie de fonte em análise como sendo os instrumentos de elaboração e sistematização das regras que formam a ordem jurídica. Nessa linha, entende-se que as fontes formais são a legislação, o costume, a doutrina e a jurisprudência.

O termo legislação significa, em verdade, um conjunto de fontes do Direito: as fontes legislativas. Assim, legislação não se refere apenas ao conjunto de leis ordinárias de um determinado ordenamento jurídico, mas também a sua Constituição e a outros tipos legislativos.

Na visão de Tercio Sampaio Ferraz Junior, “legislação, *lato sensu*, é modo de formação de normas jurídicas por meio de atos competentes. Esses atos são sancionadores no sentido de estabelecimento de normas soberanas”<sup>73</sup>. Destarte, é o conjunto de atos emanados pelos governantes, de modo a estabelecer normas imperativas de acordo com os interesses sociais.

---

<sup>71</sup>NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. p. 142.

<sup>72</sup>*Ibid.*, p. 142.

<sup>73</sup>FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. p. 195.

Possui como característica o fato de ser a genuína fonte do Direito, uma vez que é a forma moderna de produção do Direito Positivo. Além disso, não surge de modo voluntário no seio de uma sociedade, porquanto é, na verdade, elaborada pelos representantes da população e imposta ao grupo social.

Por sua vez, o costume é o comportamento social que se repete ao longo do tempo, ou seja, consubstancia-se em uma repetição de uma conduta de modo duradouro em dada sociedade, de modo que resulta numa convicção de obrigatoriedade. Surge e desaparece de modo espontâneo dentro do contexto social, através da aquisição de novas práticas pelos indivíduos, de modo que prescinde da positivação de uma regra jurídica.

Como fonte do Direito, ao costume é comumente conferida função supletiva da legislação. Isso porque, no caso de inexistir norma legal a respeito de determinado assunto, o direito costumeiro, caso autorizado, pode suprir tal lacuna, se for possível extrair da conduta humana costumeira uma norma reconhecida pelo ordenamento jurídico. Nesse caso, o costume é denominado *praeter legem*, porquanto não previsto pela lei.

Na hipótese do costume ser admitido pela legislação, ou seja, ter expressamente sua autoridade considerada pela lei será este classificado como *secundum legem*. Nesse contexto, Paulo Nader afirma que o direito costumeiro

pode ser definido como conjunto de normas de conduta social, criadas espontaneamente pelo povo, através do uso reiterado, uniforme e que gera a certeza de obrigatoriedade, reconhecidas e impostas pelo Estado<sup>74</sup>.

Em tal situação, percebe-se que as regras costumeiras representam a expressão jurídica dos valores culturais de uma sociedade. Nesse caso, portanto, o costume pode ser definido como uma “regra de conduta usualmente observada em um meio social por ser considerada juridicamente obrigatória e necessária”<sup>75</sup>.

Já na situação das normas costumeiras serem manifestamente contrárias às normas jurídicas, o costume será intitulado *contra legem*. Tais comportamentos, à vista de contrariarem a lei, não podem, em tese, serem considerados como fonte do Direito. Entretanto, se a respectiva norma legal não é aplicada pela população, tampouco pelas autoridades judiciárias, tal costume será, por conseguinte, visto como fonte do direito.

A doutrina, por sua vez, compreende o complexo de opiniões expressas pelos juristas sobre os temas atinentes ao Direito, de modo a possuir um forte papel de

---

<sup>74</sup>NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. p. 156-157.

<sup>75</sup>GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do Direito. p. 119.

orientação da atividade jurídica. É o conjunto de regras, ideias e princípios jurídicos extraídos das obras dos jurisconsultos<sup>76</sup>.

O conceito formulado por Paulo Nader é de que

A doutrina, ou direito científico, compõe-se de estudos e teorias, desenvolvidos pelos juristas, com o objetivo de interpretar e sistematizar as normas vigentes e de conceber novos institutos jurídicos, reclamados pelo momento histórico. É a *communis opinio doctorum*<sup>77</sup>.

Assim, é produto científico da reflexão de pensadores, críticos e filósofos do Direito a respeito das mais diversas matérias concernentes à ciência jurídica. Logo, a doutrina é o conjunto de opiniões e argumentos doutrinários, localizados nos livros, trabalhos científicos e sentenças prolatadas pelos juízes.

Na visão de Dimitri Dimoulis

A doutrina jurídica pode ser definida como o conjunto da produção intelectual dos juristas que se empenham no conhecimento teórico do direito. Trata-se dos ensinamentos e entendimentos de pessoas que possuem formação jurídica e dedicam-se à análise de problemas de interpretação do direito<sup>78</sup>.

Por, na maioria das vezes, possuir um caráter mais interpretativo das normas já vigentes, alguns doutrinadores não a consideram como fonte do Direito. Entretanto, há “casos de verdadeira construção doutrinária do direito que, embora não possam ser generalizados, apontam para exemplos em que a doutrina chega a funcionar como verdadeira fonte”<sup>79</sup>.

Portanto, a doutrina pode ser entendida como fonte do Direito, na medida em que a produção científica dos jurisconsultos se desenvolve também no sentido de construir novos institutos legais, de modo a revelar-se útil ao legislador, o qual possui a incumbência de renovar o conteúdo das leis<sup>80</sup>.

A jurisprudência, por sua vez, é a reunião de decisões judiciais, isto é, de precedentes judiciais, que interpretam o Direito vigente em dada sociedade. Afirma-se, outrossim, que “pela palavra ‘jurisprudência’ (*stricto sensu*) devemos entender a forma de

---

<sup>76</sup>GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do Direito, p. 131.

<sup>77</sup>NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. p. 181.

<sup>78</sup>DIMOULIS, Dimitri. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. p. 179.

<sup>79</sup>FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. p. 212.

<sup>80</sup>NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. p. 186.

revelação do direito que se processa através do exercício da jurisdição, em virtude de uma sucessão harmônica de decisões dos tribunais”<sup>81</sup>.

Nas palavras de Miguel Reale,

o Direito jurisprudencial não se forma através de uma ou três sentenças, mas exige uma série de julgados que guardem, entre si, uma linha essencial de continuidade e coerência. Para que se possa falar em jurisprudência de um Tribunal, é necessário certo número de decisões que coincidam quanto à substância das questões objeto de seu pronunciamento<sup>82</sup>.

O direito jurisprudencial é, portanto, formado pelo trabalho interpretativo das Cortes de Justiça, no exercício dos seus julgamentos. Na reiteração desses julgamentos sobre uma mesma matéria é fixada uma determinada linha de interpretação e ao conjunto dessas deliberações atribui-se o nome de jurisprudência.

Assim, a jurisprudência nada mais é do que a análise repetida a respeito de determinado assunto, pelo Poder Judiciário, de modo a registrar, na prática, as distintas hipóteses de incidência da norma jurídica. Essas decisões revelam, na verdade, o sentido e o alcance das leis, de modo a torna-las mais definidas e claras.

É possível, inclusive, afirmar que, para bem se conhecer o Direito que efetivamente rege as relações sociais, não basta o estudo das leis, é imprescindível também a consulta aos repertórios de decisões judiciais. Assim, a jurisprudência constitui a definição do Direito elaborada pelos Tribunais<sup>83</sup>.

Como fonte jurídica, alguns doutrinadores entendem que o papel da jurisprudência limita-se a revelar o Direito preexistente. Entretanto, essa função reveladora do Direito, exercida pela jurisprudência, mesmo quando existem leis aplicáveis ao caso *sub judice*, torna-se ainda mais evidente no caso de *lacuna* no sistema legislativo, e, mais ainda, quando o juiz é autorizado a decidir por equidade<sup>84</sup>.

A título de exemplo de casos em que o juiz possui autorização legal para revelar o Direito tem-se a possibilidade do julgamento dos procedimentos de jurisdição voluntária com base no juízo de conveniência e oportunidade prevista no artigo 723, *caput* e parágrafo único<sup>85</sup>, do Código de Processo Civil de 2015 e a obrigatoriedade de julgamento,

---

<sup>81</sup> REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. p. 167.

<sup>82</sup> *Ibid.*, p. 168.

<sup>83</sup> NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. p. 171.

<sup>84</sup> REALE, Miguel. *Op. cit.*, p. 170.

<sup>85</sup> Art. 723. O juiz decidirá o pedido no prazo de 10 (dez) dias. Parágrafo único. O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.



mesmo quando a lei for omissa (proibição do *non liquet*) disposta no artigo 140, *caput*<sup>86</sup>, do referido diploma e no artigo 4º<sup>87</sup> da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

Isso porquanto, no modelo de Estado atual, o qual é estruturado na clássica divisão dos três poderes, o papel das Cortes de Justiça não deverá ultrapassar a interpretação ou a integração do Direito a ser aplicado.

Contudo, vê-se da lição de Miguel Reale que

a jurisprudência, muitas vezes, inova em matéria jurídica, estabelecendo normas que não se contêm estritamente na lei, mas resultam de construção obtida graças à conexão de dispositivos, até então considerados separadamente, ou, ao contrário, mediante a separação de preceitos por largo tempo unidos entre si. Nessas oportunidades, o juiz compõe, para o caso concreto, uma norma que vem completar o sistema objetivo do Direito<sup>88</sup>.

Portanto, a norma jurisdicional que decide o caso concreto é, em verdade, criada pela autoridade julgadora, diversas vezes através de uma atualização do significado da norma legislativa. Logo, a autoridade judiciária que delibera a respeito de um conflito levado ao Poder Judiciário positiva uma norma jurídica, de alcance individual e de efeitos concretos, por meio de uma sentença ou acórdão, que passa a integrar o ordenamento jurídico.

Sobre essa ideia, Miguel Reale alerta que

se uma regra é, no fundo, a sua interpretação, isto é, aquilo que se diz ser o seu significado, não há como negar à Jurisprudência a categoria de fonte do Direito, visto como ao juiz é dado armar de obrigatoriedade aquilo que declara ser “de direito” no caso concreto<sup>89</sup>.

Assim, como fonte formal do Direito, a jurisprudência é a regra jurídica extraída de julgados, reiterados e uniformes sobre determinada questão jurídica, dos tribunais de um Estado ou de um tribunal internacional<sup>90</sup>, que, além de interpretar o Direito vigente à época, muitas vezes influencia diretamente na produção do Direito normativo.

---

<sup>86</sup> Art. 140. O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.

<sup>87</sup> Art. 4º. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

<sup>88</sup> REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. p. 168.

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 169.

<sup>90</sup> GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do Direito. p. 127.

## 2.2 - Sistemas de Direito Contemporâneo: Civil law e Common law

No mundo ocidental, há, atualmente, dois principais sistemas de direito: o *common law*, originário da cultura anglo-americana e adotado pelas nações herdeiras da Inglaterra; e o *civil law*, de tradição romanística e presente nos países latinos e germânicos, dentre eles o Brasil.

Em virtude das distintas circunstâncias e tradições que os originaram, além de cada um desses deterem institutos e conceitos próprios, tais modelos possuem diferentes perspectivas com relação às fontes do direito.

A família do *common law* sempre foi e ainda é primordialmente identificada por enfatizar as decisões dos tribunais, de modo a relegar a segundo plano as normas legislativas. Por conseguinte, nesse sistema o direito é manifestamente criado e aprimorado pelo juiz no ato da prolação das suas decisões a respeito de casos tangíveis. Nesse contexto, portanto, a ordem jurídica é resultado do conjunto de julgamentos proferidos pelo Poder Judiciário.

A respeito da incessante ideia da primazia das decisões proferidas em ações concretas, Teresa Arruda Alvim Wambier afirma que

a história do direito inglês é um *continuum*. Nunca houve o desprezo do que se entendia como correto antes, ou uma divisão do direito entre duas eras, uma pré e uma pós-revolucionária. O *common law* não foi sempre como é hoje, mas a sua principal característica sempre esteve presente: casos concretos são considerados fonte do direito<sup>91</sup>.

Portanto, para uma exata compreensão desse modelo jurídico, deve-se ter em mente que a atividade jurisdicional diante de casos concretos, fundamentada nos costumes gerais, prevalece sobre o texto da lei. Isto é, a hipótese em análise é, na maioria das vezes, julgada a partir de outras semelhantes, em detrimento da respectiva legislação.

Segundo Miguel Reale, na perspectiva do *common law*

o Direito se revela muito mais pelos usos e costumes e pela jurisdição do que pelo trabalho abstrato e genérico dos parlamentos. Trata-se, mais propriamente, de um Direito misto, costumeiro e jurisprudencial [...] O Direito é, ao contrário, coordenado e consolidado em precedentes judiciais, isto é, segundo uma série de decisões baseadas em usos e costumes prévios<sup>92</sup>.

---

<sup>91</sup>ARRUDA ALVIM WAMBIER, Teresa. Uniformidade e estabilidade da jurisprudência e o estado de direito: *civil law e common law*. p. 54.

<sup>92</sup>REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. p. 142.

Após a metade do século XIX, na Inglaterra, a decisão a ser proferida em um caso específico passou a se sujeitar aos julgamentos dos casos anteriores, assim como a ser necessariamente utilizada para resolver futuras ações semelhantes. Isso porque, em decorrência do princípio *stare decisis* – termo que reduz a expressão latina *stare decisis et non quieta movere* e que significa “ficar com o que foi decidido e não mover o que está em repouso” – há uma obrigação de recorrer às regras que foram anteriormente estabelecidas pelos predecessores.

Destarte, desde aquele momento, o magistrado, ao analisar um feito sob sua jurisdição, deve, de início, verificar se a hipótese a ele apresentada já foi, em momento anterior, resolvida pelo tribunal. Caso já tenha sido, ele se encontrará limitado a declarar o direito fixado pelo julgamento outrora emitido. Isso porque, no *common law*, impera a ideia de que casos iguais devem ser decididos da mesma forma.

Entretanto, tal situação não pode ser compreendida como singela, porquanto exige uma atividade interpretativa por parte do magistrado, tendo em vista que este deve observar se realmente se trata de um caso semelhante, isto é, precedente ao ora analisado.

Por esse motivo, Teresa Arruda Alvim assevera, ao fazer um paralelo com o modelo adotado pelo Brasil, que “a mecânica dos sistemas de *common law* não consistem ‘simplesmente’ em seguir precedentes. Também estes precisam ser interpretados, assim como, para nós, a lei é, necessariamente, objeto de interpretação”<sup>93</sup>.

Tal apreciação é realizada, inclusive, nos casos em que o julgador delibera tendo como fundamento a legislação. Isso porque, tendo em vista o fato desse sistema de direito ser de caráter jurisprudencial, o magistrado, ao decidir um litígio com esboço na norma legal, deverá atentar-se à compreensão daquela pelos seus anteriores.

Sobre essa ideia, a citada Teresa Arruda Alvim afirma que

é importante salientar que o sistema de precedentes vinculantes se aplica, no *common law*, mesmo quando o juiz decide com base na lei. O juiz fica, portanto, adstrito a adotar a interpretação da lei pela qual terá optado o juiz que decidiu caso idêntico, anteriormente<sup>94</sup>.

---

<sup>93</sup>ARRUDA ALVIM WAMBIER, Teresa. Interpretação da lei e de precedentes: *civil law e common law*. p. 34.

<sup>94</sup>ARRUDA ALVIM WAMBIER, Teresa. Uniformidade e estabilidade da jurisprudência e o estado de direito: *civil law e common law*. p. 56-57.

Por esse motivo, não é equivocado dizer que um dos principais responsáveis pelo traço forte da figura do juiz do *common law* é justamente o sistema de precedentes<sup>95</sup>.

Já na hipótese da situação analisada nunca haver sido julgada pelo tribunal (*case of first impression*), o magistrado estará autorizado a criar o direito para o caso concreto, de modo a estabelecer um precedente. Nesse caso, como já afirmado, tal decisão vinculará as decisões futuras a respeito de casos correlatos.

Assim, o magistrado do *common law*, em virtude da ausência de regra sobre determinada situação, detém o poder de afirmar algo que não foi dito pelo Poder Legislativo, devendo a nova norma apenas se sujeitar à força dos princípios e direitos fundamentais. Nesse contexto, portanto, o julgador possui *law-making authority*, de modo a assumir a roupagem do *judge make law*.

Percebe-se, portanto, que o sistema do *common law*, na ausência de julgamento anterior sobre caso equivalente, confere ao juiz autoridade para a criação de regras que orientarão a atuação dos jurisdicionados.

Por consectário, a lei – chamada em inglês *statute* – apenas desempenha, na história do direito inglês, uma função secundária, limitando-se a acrescentar corretivos ou complementos à obra da jurisprudência<sup>96</sup>.

Sendo assim, René David conclui que “as regras que as decisões judiciais estabeleceram devem ser seguidas, sob pena de destruírem toda a ‘certeza’ e comprometerem a própria existência do *common law*”<sup>97</sup>, uma vez que esse modelo se revela como sendo um sistema de direito preponderantemente jurisprudencial.

Por sua vez, o sistema do *civil law* possui como principal característica a superioridade do processo legislativo, de modo que as demais fontes jurídicas possuem valor secundário. Assim, o Direito em vigor nas Nações latinas e latino-americanas, bem como na Europa continental, funda-se, primordialmente, em enunciados normativos elaborados através de órgãos legislativos próprios<sup>98</sup>.

Sobre a primazia da fonte legislativa, René David afirma:

Considera-se hoje, de um modo geral, nos países de família romano-germânica, que a melhor maneira de chegar às soluções de justiça, que o direito impõe, consiste, para os juristas, em procurar apoio nas disposições da lei<sup>99</sup>.

<sup>95</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes obrigatórios. p. 40-41.

<sup>96</sup>DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo. p. 415.

<sup>97</sup>*Ibid.*, p. 428.

<sup>98</sup>REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. p. 142.

<sup>99</sup>DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo. p. 119.

Destarte, nesse sistema, é típica a ideia de que o direito baseia-se na lei escrita, codificada ou não. Ademais, o princípio norteador da atividade judiciária é o princípio da legalidade, que significa que os juízes têm de decidir os casos de acordo com o direito fruto do Poder Legislativo.

Portanto, o magistrado, ao se deparar com um caso de sua competência, deve verificar, antes de tudo, quais as regras e soluções das normas positivas para o caso em análise. Assim, é função do juiz descobrir, a partir da interpretação do texto legislativo, a resolução equivalente à vontade do legislador para aquele caso.

Percebe-se, pois, que no sistema do *civil law*, conferiu-se o poder de criar o Direito apenas ao Legislativo no ato da edição das leis escritas. À vista disso, a ordem jurídica é, portanto, o conjunto de regras editadas pelos representantes do povo, as quais orientam a conduta dos cidadãos.

Nesse modelo, o poder de julgar do magistrado seria plenamente limitado pela legislação, de modo que a prestação judicial deveria se restringir à mera declaração da lei. O juiz, portanto, seria visto tão somente como *bouche de la loi*, isto é, como porta-voz da vontade, genérica e abstrata, da lei.

Para que se pudesse limitar a atuação dos julgadores, Luiz Guilherme Marinoni afirma que a legislação deveria ser clara e capaz de dar regulação a todas as situações conflitivas, de sorte que os códigos e as leis esparsas deveriam ser coerentes e completos<sup>100</sup>.

Entretanto, tendo em vista a complexidade das sociedades contemporâneas, a legislação, com o intuito de contemplar o infindável leque de conflitos possíveis, utiliza-se de conceitos vagos, cláusulas gerais e princípios jurídicos. Nesses casos, os juízes adaptarão o direito às peculiaridades do caso concreto, de sorte que se entende, atualmente, que a lei vincula, do modo como é vista através dos olhos da jurisprudência dominante<sup>101</sup>.

Nesse sentido, Teresa Arruda Alvim destaca que

a rigidez que se poderia esperar encontrar nos sistemas de *civil law*, como uma de suas principais características, tem um contrapeso que pode gerar desequilíbrio (como ocorre no Brasil): juízes podem decidir de acordo com suas próprias opiniões sobre o sentido da lei<sup>102</sup>.

---

<sup>100</sup>MARINONI, Luiz Guilherme Marinoni. Precedentes obrigatórios. p. 52.

<sup>101</sup>ARRUDA ALVIM WAMBIER, Teresa. Estabilidade e adaptabilidade como objetivos do direito: *civil law* e *common law*. p. 137.

<sup>102</sup>ARRUDA ALVIM WAMBIER, Teresa. Uniformidade e estabilidade da jurisprudência e o estado de direito: *civil law* e *common law*. p. 57.

Entretanto, mesmo sendo objeto de interpretação dos magistrados, a legislação não deixa de desempenhar o papel de norte para o comportamento dos cidadãos. Portanto, no sistema do *civil law*, a pauta de conduta dos jurisdicionados, não está exclusivamente na letra da lei. Está na lei, enquanto “compreendida” pelos tribunais<sup>103</sup>.

Nesse sentido, é possível constatar a introdução de características do *common law* no sistema do *civil law* decorrente da recente aproximação das duas jurisdições. O atual magistrado do *civil law* – especialmente o juiz brasileiro - deixou de ser um mero servo do Poder Legislativo e passou a realizar atividade criativa, de modo a se aproximar do julgador do sistema do *common law*, o qual, na falta de direito preexistente, cria-o.

Quanto à aproximação dos dois sistemas, assim como do incremento da ideia de respeito aos precedentes, Miguel Reale esclarece que os dois sistemas

na realidade, são expressões culturais diversas que, nos últimos anos, têm sido objeto de influências recíprocas, pois enquanto as normas legais ganham cada vez mais importância no regime do *common law*, por sua vez, os precedentes judiciais desempenham papel sempre mais relevante no Direito de tradição romanística<sup>104</sup>.

Assim, na atualidade, a tarefa do juiz do *civil law* assemelha-se bastante com a exercida pelo juiz do *common law*, de modo que, mesmo ainda tímida no Brasil, é crescente a constatação da imprescindibilidade de um sistema de precedentes no *civil law*.

### **2.3 - Atualidade do precedente judicial como fonte vinculativa**

Nos dias atuais, no sistema do *civil law*, ao se analisar tanto as decisões proferidas pelos magistrados, quanto as petições elaboradas pelos advogados, constata-se a repetição de julgados, de modo que os precedentes judiciais são, de fato, fontes desse modelo jurídico.

Sobre a importância atribuída pelos juristas desse sistema aos julgamentos anteriores, José Rogério Cruz e Tucci afirma:

---

<sup>103</sup>ARRUDA ALVIM WAMBIER, Teresa. Estabilidade e adaptabilidade como objetivos do direito: *civil law* e *common law*. p. 144.

<sup>104</sup>REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. p. 142-143.

A demonstrar o importante papel da jurisprudência, basta verificar [...] que os advogados redigem as suas manifestações e os juízes as suas sentenças, invocando, muito mais do que dispositivos legais, precedentes judiciais, prática essa que, a rigor, não se afasta muito daquela utilizada pelos operadores do direito da *common law*<sup>105</sup>.

Sendo assim, é possível afirmar, inclusive, que, “na realidade jurídica, os precedentes gozam, para os juízes dos sistemas de tradição romanística, da mesma importância que ostentam aos juízes da *common law*”<sup>106</sup>.

Antes da abordagem dos exemplos que corroboram com a ideia de que os precedentes judiciais são fontes do sistema jurídico brasileiro, entende-se oportuna a compreensão do significado, das características e dos institutos que orientam a sua utilização.

Segundo Pedro Miranda de Oliveira, pode-se afirmar que o precedente “é o caso já examinado e julgado, cuja decisão primeira sobre o tema atua como fonte para o estabelecimento (indutivo) de diretrizes para os demais casos a serem julgados”<sup>107</sup>.

Entretanto, conforme ressalta Luiz Guilherme Marinoni:

Nem toda decisão judicial forma precedente, embora todo precedente seja oriundo de uma abstração realizada a partir de uma ou de mais de uma decisão judicial. Ou seja, só há sentido falar de precedente quando se tem uma decisão dotada de determinadas características, basicamente a potencialidade de se firmar como paradigma para a orientação dos jurisdicionados e dos magistrados. Assim, um precedente não é somente uma decisão que tratou de dada questão jurídica com determinada aptidão, mas também uma decisão que tem qualidades externas que escapam ao seu conteúdo<sup>108</sup>.

Portanto, os precedentes não são equivalentes às decisões judiciais, sendo, na verdade, razões generalizáveis que podem ser identificadas e formadas a partir daquelas. Em essência, o precedente trabalha os fatos jurídicos relevantes que compõem o caso examinado pela jurisdição e que determinaram a prolação da decisão da maneira como foi, de modo que pode ser identificado com a *ratio decidendi* de um caso ou de uma questão jurídica<sup>109</sup>.

Na visão de Lucas Buril Macêdo:

---

<sup>105</sup>TUCCI, José Rogério Cruz e. Precedente judicial como fonte do direito. p. 255-256.

<sup>106</sup>*Ibid.*, p. 23.

<sup>107</sup>MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro. A força das decisões judiciais. p. 103.

<sup>108</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes obrigatórios. p. 215-216.

<sup>109</sup>MITIDIERO, Daniel. Precedente e fundamentação – dois discursos a partir da decisão judicial. p. 70-71.

Na verdade, em sentido estrito, o precedente pode ser definido como sendo a própria *ratio decidendi*. Em sentido próprio, continente ou formal, é fato jurídico instrumento de criação normativa, em outras palavras: é fonte do Direito, tratando-se de uma designação relacional entre duas decisões<sup>110</sup>.

Em suma, entende-se que os precedentes judiciais são, assim como os enunciados legislativos, textos dotados de autoridade que carecem de interpretação, sendo trabalho do aplicador do direito extrair a *ratio decidendi* – o elemento vinculante – do caso a ser utilizado como paradigma<sup>111</sup>.

Por *ratio decidendi* denomina-se o fundamento determinante ou o motivo essencial da decisão. Ou seja, constitui uma generalização das razões adotadas como passos necessários e suficientes para decidir um processo ou as questões de uma demanda pelo juiz, devendo ser formulada por abstrações realizadas a partir da fundamentação da decisão judicial. Logo, a *ratio* é uma razão necessária e suficiente para resolver uma questão relevante do caso<sup>112</sup>.

Nas palavras de Fredie Didier Jr. *et al*:

A *ratio decidendi* [...] são os fundamentos jurídicos que sustentam a decisão; a opção hermenêutica adotada na sentença, sem a qual a decisão não teria sido proferida como foi. [...] Ela decorre da fundamentação do julgado, porque é com base nela que o juiz chegará, no dispositivo, a uma conclusão acerca da questão em juízo<sup>113</sup>.

Destarte, a *ratio decidendi* é o principal elemento que compõe a decisão proferida pelo magistrado, sendo possível utilizá-la como razão para adotar a decisão anterior como paradigma no julgamento de outro caso. Dessa forma, é, na verdade, a *ratio* que possui caráter obrigatório/ vinculante ou persuasivo, pois, muito embora tenha sido realizada para um caso concreto, pode ser universalizada.

Nesse momento, é importante fazer a distinção entre o que é *ratio decidendi* e o que é *obiter dictum*. Essa última é a proposição ou regra jurídica que não compõe a *ratio*

---

<sup>110</sup>MACÊDO, Lucas Buril. Precedentes Judiciais e o Direito Processual Civil. p. 92-93.

<sup>111</sup>BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. Teoria do precedente judicial - A justificação e a aplicação das regras jurisprudenciais. p. 259.

<sup>112</sup>MITIDIERO, Daniel. *Op. cit.*, p. 71.

<sup>113</sup>DIDIER JR., Fredie *et al*. Curso de Direito Processual Civil: reescrito com base no Novo CPC. p. 442-443.



*decidendi*<sup>114</sup>, sendo, em virtude disso, totalmente prescindível para o deslinde da controvérsia<sup>115</sup>.

Portanto, conforme preleciona Daniel Mitidiero:

Nem tudo que está na fundamentação é aproveitado para formação do precedente. Existem várias proposições que não são necessárias para solução de qualquer questão do caso. [...] *Obter dictum* é aquilo que é dito durante um julgamento ou consta em uma decisão sem referência ao caso ou que concerne ao caso, mas não constitui proposição necessária para sua solução<sup>116</sup>.

Algumas reflexões e pensamentos são manifestamente desnecessários na prolação da decisão judicial, uma vez que não conferem significado ao *decisum*.

Os magistrados, por diversas vezes, abordam pontos irrelevantes e periféricos, cuja análise sequer precisaria ser realizada. Ao agir dessa forma, os julgadores produzem um excesso de argumentação desnecessário para a resolução da controvérsia judicial.

Sendo assim, o *obter dictum* é o argumento jurídico, consideração, comentário exposto apenas de passagem na motivação da decisão, que não tenha influência relevante e substancial para a decisão<sup>117</sup>.

Além de ser necessária a separação, no precedente examinado, entre o que é *ratio decidendi* e o que é *obter dictum*, mostra-se imprescindível a análise, seguida da importante justificação, da compatibilidade ou não entre o caso sob julgamento e o caso de que provém a *ratio decidendi* daquele precedente.

Deve-se examinar, portanto, se o precedente é aplicável ao caso em comento, uma vez que se trata de casos análogos, ou se o direito evidenciado no precedente não deve regular a hipótese em testilha, porquanto se trata de casos distintos.

Assim, percebe-se que o juiz não perde a liberdade de julgar por estar submetido ao que já decidiu ou às decisões dos tribunais superiores. Ele pode, demonstrando a diversidade do caso que lhe foi submetido, não aplicar o precedente ou, com a devida justificativa, alterá-lo.

Na primeira situação, está-se diante da técnica denominada *distinguishing*, que nada mais é do que a simples declaração de inaplicabilidade do precedente. Tal afirmação

---

<sup>114</sup>SOUZA, Marcelo Alves Dias de. Do precedente judicial à súmula vinculante. p. 51.

<sup>115</sup>LEAL, Roger Stiefelmann. O efeito vinculante na jurisdição constitucional. p. 168-169.

<sup>116</sup>MITIDIERO, Daniel. Precedente e fundamentação – dois discursos a partir da decisão judicial. p. 72.

<sup>117</sup>DIDIER JR., Fredie *et al.* Curso de Direito Processual Civil: reescrito com base no Novo CPC. p. 444.

será realizada porquanto o caso a ser julgado não se assemelha àquele ou possui propriedades que impedem a sua utilização como paradigma.

Portanto, se a questão a ser resolvida já conta com um precedente - se é a mesma questão ou se é semelhante - o precedente aplica-se ao caso. Todavia, se a questão não for idêntica ou não for semelhante, isto é, se existirem particularidades fático-jurídicas não presentes – e, por isso, não consideradas – no precedente, então se deve distinguir o caso do precedente, recusando-lhe aplicação. É o caso de realizar uma distinção<sup>118</sup>.

Sobre a ordem de procedência do julgador ante um caso concreto, Fredie Didier Jr. *et al* sustentam:

A sua primeira atitude é verificar se o caso em julgamento guarda alguma semelhança com o(s) precedente(s). Para tanto, deve valer-se de um método de comparação: à luz de um caso concreto, o magistrado deve analisar os elementos objetivos da demanda, confrontando-os com os elementos caracterizadores de demandas anteriores. Se houver aproximação, deve então dar um segundo passo, analisando a *ratio decidendi* (tese jurídica) firmada nas decisões proferidas nessas demandas anteriores. Fala-se em *distinguishing* (ou distinguish) quando houver distinção entre o caso concreto (em julgamento) e o paradigma, seja porque não há coincidência entre os fatos fundamentais discutidos e aqueles que serviram de base à *ratio decidendi* (tese jurídica) constante no precedente, seja porque, a despeito de existir uma aproximação entre eles, alguma peculiaridade no caso em julgamento afasta a aplicação do precedente<sup>119</sup>.

Relevante esclarecer, nesse momento, que a não adoção do precedente não importa necessariamente em afirmar que o precedente está equivocado ou que deve ser abolido. Tal atitude, conforme exposto, refere-se tão somente a sua inutilidade para solucionar a situação *sub judice*.

Já na segunda situação o magistrado revoga o precedente, mediante a técnica intitulada *overruling*. Nesse caso, trata-se de caso análogo ao que gerou o precedente, contudo a solução adotada mostra-se equivocada, de modo que não há motivos para a sua manutenção, devendo o referido precedente ser revogado e substituído por outro.

Também se admite o *overruling* quando a evolução tecnológica, ao gerar nova realidade, impõe a reconfiguração da doutrina ou da teoria que fundamenta o precedente. O mesmo ocorre quando os valores sociais, econômicos e culturais que sustentam o precedente, são modificados<sup>120</sup>.

---

<sup>118</sup>MITIDIERO, Daniel. Precedente e fundamentação – dois discursos a partir da decisão judicial. p. 72-73.

<sup>119</sup>DIDIER JR., Fredie *et al*. Curso de Direito Processual Civil: reescrito com base no Novo CPC. p. 491.

<sup>120</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes obrigatórios. p. 115.

Nos dizeres de Daniel Mitidiero:

Tendo em conta a necessidade de desenvolver o direito a fim de mantê-lo sempre fiel à necessidade de sua dupla coerência, um sistema de precedentes precisa prever técnicas para sua superação – seja total (*overruling*), seja parcial. [...] A superação de um precedente (*overruling*) constitui a resposta judicial ao desgaste da sua dupla coerência (congruência social e consistência sistêmica). Quando o precedente carece de dupla coerência e os princípios básicos que sustentam a regra do *stare decisis* – segurança jurídica e igualdade – deixam de autorizar a sua replicabilidade (*replicability*), o precedente deve ser superado<sup>121</sup>.

Logo, a revogação de um precedente é medida excepcional, tendo em vista que depende da verificação, no caso concreto, dos requisitos para o *overruling* – a perda da congruência social e o surgimento de inconsistência sistêmica. Do mesmo modo, também necessita que os fundamentos da estabilidade – isonomia, confiança justificada e vedação da surpresa injusta - não garantam a sua preservação.

Destarte, percebe-se que o erro ou equívoco hábil a ensejar a revogação do precedente deve ser claro, evidente e individualizado, de maneira a tornar cristalina a ideia de que a manutenção do precedente constituirá uma injustiça.

O dever judicial de respeito ao precedente pode ter sua intensidade medida ou graduada, variando de um respeito absoluto a um respeito despido de vinculação<sup>122</sup>. Nesse sentido, o precedente pode ter eficácia vinculante ou persuasiva.

No sistema de precedente com eficácia vinculante, o juiz encontra-se proibido de decidir de forma contrária ao tribunal que lhe é superior, assim como o órgão jurisdicional não pode negar o que já decidiu. Ressalta-se, aqui, que é evidente que tal vinculação não impede a realização do *distinguishing*.

Sobre esse tipo de precedente, Luiz Guilherme Marinoni leciona:

o precedente obrigatório orienta os cidadãos, pois lhes diz o modo como devem se comportar e lhes dá a previsibilidade acerca do resultado dos reclamos jurisdicionais, tendo, nesta dimensão, a característica de norma geral que, além disso, é capaz de oferecer maior segurança que a própria norma legislativa<sup>123</sup>.

Isso posto, o precedente será considerado obrigatório quando possuir eficácia vinculativa em relação aos casos que, em situações similares, lhe forem posteriores. Nesses casos, a *ratio decidendi*, formulada na decisão judicial anterior, deve obrigatoriamente

<sup>121</sup>MITIDIERO, Daniel. Precedente e fundamentação – dois discursos a partir da decisão judicial. p. 73.

<sup>122</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. *Op. cit.*, p. 110.

<sup>123</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes obrigatórios. p. 93.

ser adotada pelo órgão jurisdicional na fundamentação do atual julgamento, porquanto forma uma norma jurídica geral com caráter vinculativo.

A respeito desses precedentes, convém trazer a baila lição de Maurício Martins Reis:

Um precedente vinculará tanto quanto incidirá o seu teor argumentativo perante outros casos semelhantes, ante o pressuposto de o seu critério ser o mais adequado ou correto perante os demais. [...] Precedentes de tribunais superiores merecem ser acatados, porquanto a uniformidade jurisprudencial por eles almejada toma como pressuposto a resposta constitucionalmente correta ou adequada<sup>124</sup>.

Dessa forma, no sistema de precedentes obrigatórios vigora a regra de que as decisões e os precedentes são vinculantes em relação aos tribunais e juízos que lhes são inferiores. Tal regra refere-se à denominada eficácia vertical dos precedentes. Demais disso, há a chamada eficácia horizontal, na qual se admite a vinculação dos órgãos do próprio tribunal de que provém o precedente.

Por sua vez, no sistema de precedente com eficácia persuasiva, os julgados anteriores não vinculam necessariamente o magistrado, ainda que provenham do mesmo tribunal ou de corte superior<sup>125</sup>.

Assim, o precedente persuasivo não tem eficácia vinculante; possui apenas força persuasiva, na medida em que constitui indício de uma solução racional e socialmente adequada. Nenhum magistrado está obrigado a segui-lo; se o segue, é por estar convencido de sua correção<sup>126</sup>.

Desse modo, os precedentes judiciais ingressam na complexa seara do raciocínio jurídico como elemento paradigmático visando, sobretudo, a persuadir e a convencer<sup>127</sup>. Tendo em vista que possui o intuito de cativar o julgador, o precedente constitui um argumento da parte, e, por isso mesmo, não pode ser adotado ou rejeitado sem a devida fundamentação<sup>128</sup>.

Nesse sistema, segundo José Rogério Cruz e Tucci:

os precedentes judiciais constituem valioso subsídio que auxilia a hermenêutica de casos concretos, embora careçam de força vinculante. É

---

<sup>124</sup>REIS, Maurício Martins. Precedentalismo judiciário: precedentes obrigatórios ou persuasivos? A força argumentativa dos julgados do STF. p. 397.

<sup>125</sup>FRANÇA, Rubens Limongi. O direito, a lei e a jurisprudência. p. 175.

<sup>126</sup>DIDIER JR., Fredie *et al.* Curso de Direito Processual Civil: reescrito com base no Novo CPC. p. 456.

<sup>127</sup>TUCCI, José Rogério Cruz e. Precedente judicial como fonte do direito. p. 295.

<sup>128</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes obrigatórios. p. 116.

importante relevar, a propósito, a constante possibilidade de revisão da jurisprudência sedimentada não apenas por iniciativa dos órgãos jurisdicionais, mas, igualmente, por provocação das partes interessadas<sup>129</sup>.

Portanto, no sistema de precedentes persuasivos vige o preceito de que o julgador do caso em análise não se sujeita às decisões anteriores já tomadas em hipóteses análogas. Dessa forma, sua única obrigação consiste em expor as razões pelas quais decidiu não se perfilhar àquele.

Atualmente, o que se observa no cenário jurídico brasileiro não é a adoção de um sistema de precedentes obrigatórios, tampouco persuasivos.

Como bem ressalta Luiz Guilherme Marinoni:

no Brasil, os precedentes não vêm sequer sendo tidos como persuasivos. Embora constitua uma patologia, os tribunais e juízes muitas vezes não se julgam obrigados a respeitar os precedentes dos Tribunais Superiores. Em alguns casos, nem mesmo tomam em consideração os precedentes articulados pelos advogados das partes<sup>130</sup>.

Apesar de, no Brasil, ainda não existir a consciência entre os juristas de que os precedentes judiciais devem ser observados, tenta-se mudar tal realidade. Tanto o constituinte, quanto o legislador infraconstitucional, introduziram institutos processuais, a fim de que as decisões proferidas anteriormente não possuam tão somente eficácia persuasiva, mas sim, obrigatória.

Na seara do Supremo Tribunal Federal, tem-se como exemplo a súmula vinculante, disposta no artigo 103-A, *caput* e §1º<sup>131</sup>, da Constituição Federal, a qual é um mecanismo de aceleração dos julgamentos, pois impede a reprodução de casos fundados em teses jurídicas já pacificadas na jurisprudência dominante. Ademais, vincula os demais órgãos do Poder Judiciário e a Administração Pública direta e indireta, nas três esferas de poder e objetiva superar controvérsia atual, capaz de acarretar grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

---

<sup>129</sup>TUCCI, José Rogério Cruz e. *Op. cit.*, p. 277.

<sup>130</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. *Op. cit.*, p. 116.

<sup>131</sup>Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

A respeito da necessidade de instituição desse mecanismo, Luiz Guilherme Marinoni afirma:

Ora, se os precedentes, uma vez proferidos, não geram dúvida quanto à *ratio decidendi*, não há razão para editar súmula. [...] Quando os julgados não geram *ratio decidendi* clara ou objetivamente decifrável, é evidente que podem dar margem a grave insegurança jurídica, especialmente quando a questão constitucional puder dar origem a múltiplos processos<sup>132</sup>.

De competência originária do STF, existe a ação declaratória de constitucionalidade, preceituada no artigo 102, I, §2º<sup>133</sup>, da Constituição Federal, a qual possui eficácia contra todos e vincula os precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre o controle direto da constitucionalidade das leis. Tais precedentes são obrigatórios, uma vez que tratam de interpretação da Constituição, devendo a eficácia da decisão transcender ao caso particular, de modo que os seus fundamentos determinantes sejam observados por todos os tribunais e juízos nos casos futuros<sup>134</sup>.

Com efeitos para além da Corte Suprema há, ainda, a decisão negativa de repercussão geral, prescrita na regra contida no artigo 1.035, §8º<sup>135</sup>, do Código de Processo Civil de 2015. Essa decisão obsta a admissibilidade dos recursos que versem sobre idêntica controvérsia pelo tribunal de origem.

Na visão de José Rogério Cruz e Tucci, “não há dúvida, outrossim, de que a força obrigatória, supra referenciada, acentua o caráter de fonte de direito dos precedentes judiciais do Supremo Tribunal Federal”<sup>136</sup>.

Tanto no âmbito do Supremo Tribunal Federal, quanto no Superior Tribunal de Justiça, tem-se como exemplo o julgamento de recursos repetitivos, previsto no artigo 1.036, *caput* e §1º<sup>137</sup>, do Código de Processo Civil de 2015. Esse mecanismo pretende impor a

---

<sup>132</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes obrigatórios. p. 489.

<sup>133</sup>§2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

<sup>134</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. *Op. cit.*, p. 459.

<sup>135</sup>§8º Negada a repercussão geral, o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos extraordinários sobrestados na origem que versem sobre matéria idêntica.

<sup>136</sup>TUCCI, José Rogério Cruz e. Precedente judicial como fonte do direito. p. 275.

<sup>137</sup>Art. 1.048. Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições desta Subseção, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça. §1º O presidente ou o vice-presidente de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal selecionará 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia, que serão encaminhados ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça para fins de afetação, determinando a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado ou na região, conforme o caso.

obrigatoriedade dos precedentes fixados pelos tribunais superiores para as causas idênticas de caráter múltiplo, de modo que “o sobrestamento dos recursos nada mais é do que a suspensão dos processos [...] repetitivos à espera da eficácia do precedente fixado no recurso selecionado”<sup>138</sup>.

Ainda na Corte Suprema, bem como na Corte Superior, existem os embargos de divergência contidos na regra do artigo 1.043<sup>139</sup>, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015. Nesse caso, o acórdão de órgão fracionário que conflite com provimento de outro órgão da mesma Corte é plenamente embargável, uma vez que o jurisdicionado necessita de uma posição única dos tribunais superiores.

Na seara dos tribunais da esfera ordinária de jurisdição, há o mecanismo de uniformização da jurisprudência, disposto no artigo 926, *caput* e §1º<sup>140</sup>, do Código de Processo Civil de 2015, o qual conduz à pacificação do entendimento sobre tese jurídica que integra a competência material de certo tribunal. A razão de ser de tal instituto é que “decisões conflitantes a respeito de casos semelhantes, na verdade, não só expressam uma ordem jurídica destituída de coerência, mas também, mais especificamente, negação da previsibilidade e da confiança justificada depositada nos atos do Poder Público”<sup>141</sup>.

Existe, outrossim, o julgamento monocrático do relator, estabelecido no artigo 1.011, *caput* e I<sup>142</sup>, do Código de Processo Civil de 2015. Esse mecanismo autoriza que o relator, mediante decisão monocrática, substitua o tradicional julgamento colegiado de segundo grau, de maneira a negar seguimento a recurso inadmissível, prejudicado, que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida ou em conflito com súmula, acórdão ou entendimento firmado no respectivo tribunal ou em um tribunal superior.

Também nos tribunais de origem existe a negativa de provimento de recurso em virtude de súmula ou acórdão do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de

---

<sup>138</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes obrigatórios. p. 498.

<sup>139</sup>Art. 1.043. É embargável o acórdão de órgão fracionário que: I - em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito; II - em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, relativos ao juízo de admissibilidade; III - em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia; IV - nos processos de competência originária, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal.

<sup>140</sup>Art. 926. Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.

§1º Na forma estabelecida e segundo os pressupostos fixados no regimento interno, os tribunais editarão enunciados de súmula correspondentes a sua jurisprudência dominante.

<sup>141</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes obrigatórios. p. 492.

<sup>142</sup>Art. 1.011. Recebido o recurso de apelação no tribunal e distribuído imediatamente, o relator: I - decidi-lo-á monocraticamente apenas nas hipóteses do art. 932, incisos III a V;

Justiça, bem como de entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência, de acordo com o artigo 932, *caput* e VI, “a”, “b” e “c”<sup>143</sup>, do Código de Processo Civil de 2015. Nessas hipóteses, há a obstacularização do recebimento de recurso que diretamente afronta os entendimentos firmados pelos tribunais superiores ou pelo próprio tribunal em casos análogos.

Por fim, o magistrado de 1º grau pode, ainda, efetuar julgamento liminar de nos casos do artigo 332, I a IV<sup>144</sup>, do Código de Processo Civil de 2015. Essas hipóteses referem-se às possibilidades de prolação da sentença sem a citação da outra parte, tendo em vista a vinculação dos enunciados, acórdãos e entendimentos que foram proferidos em casos idênticos.

Tendo em vista as ferramentas processuais apresentadas é possível observar o papel cada vez mais influente da jurisprudência e, conseqüentemente, do precedente judicial como fonte vinculativa do direito pátrio. Isso porque, conforme exposto, é crescente a utilização das decisões anteriores como paradigma para as soluções dos processos que aguardam julgamento.

Nessa toada, nota-se a intensificação no ordenamento jurídico brasileiro, adepto do sistema do *civil law*, de traços e propriedades do modelo da *common law*, especialmente quanto à influência exercida pelos julgamentos anteriores na resolução de caso análogo. A acentuação dessa característica é ainda mais patente no julgamento de causas repetitivas, conforme será visto no capítulo subsequente.

---

<sup>143</sup>Art. 932. Incumbe ao relator: [...] IV – negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

<sup>144</sup>Art. 332. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar: I – enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; II – acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; III – entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; IV – enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.



### **3 - VINCULAÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS**

O cidadão, para dirigir e orientar suas atitudes, necessita de previsibilidade quanto regras jurídicas em vigência, uma vez que precisa prever as ulteriores consequências imputáveis às suas condutas. Além disso, normas de Direito precisam ser aplicadas de maneira igualitária a todos os concidadãos, de sorte que deve existir igualdade perante as decisões judiciais proclamadas em situações correlatas.

Dessa forma, o escopo do capítulo que ora se introduz é, a partir da demonstração da importância de proporcionar estabilidade e continuidade da ordem jurídica, bem como de conferir tratamento isonômico aos processos repetitivos, apresentar a necessidade de vinculação do julgamento resultante do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).

#### **3.1 - Segurança jurídica e isonomia como pilares no tratamento das demandas repetitivas**

A segurança jurídica é um princípio imanente ao Estado de Direito, podendo ser considerado, inclusive, como manifestação desse sistema em que todos – desde o indivíduo até o próprio Estado – submetem-se à lei.

Como tal, a República Federativa do Brasil, na Constituição Federal de 1988, tutelou a segurança jurídica em diversos dispositivos, como, por exemplo, o *caput* do artigo 5º<sup>145</sup> (segurança como direito inviolável), assim como os incisos II<sup>146</sup> (princípio da legalidade), XXXVI<sup>147</sup> (inviolabilidade do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada), XXXIX<sup>148</sup> (princípio da legalidade e anterioridade em matéria penal) e XL<sup>149</sup> (irretroatividade da lei penal desfavorável) do aludido artigo.

---

<sup>145</sup>Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

<sup>146</sup>II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

<sup>147</sup>XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

<sup>148</sup>XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

<sup>149</sup>XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

Nesses preceitos normativos, é possível constatar a continuidade da ordem jurídica, bem como a garantia do cidadão contra a arbitrariedade estatal e a previsibilidade quanto à atuação do Estado-juiz em face do particular. Ou seja, tais dispositivos implicam a estabilidade de situações pretéritas e a previsibilidade de conjunturas futuras.

Na lição de Pedro Miranda de Oliveira, a segurança jurídica “consiste no conjunto de condições que torna possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das consequências diretas de seus atos, à luz da liberdade reconhecida”<sup>150</sup>.

Assim, a segurança jurídica trata-se de princípio que assegura o respeito não apenas a situações consolidadas no passado, mas também às legítimas expectativas surgidas e às condutas adotadas a partir de um comportamento presente<sup>151</sup>, o qual terá, por certo, desdobramentos futuros.

Dessa forma, “o homem necessita de segurança para conduzir, planificar e conformar autônoma e responsabilmente a sua vida”<sup>152</sup>. Isso porque o indivíduo carece de certa estabilidade das relações jurídicas e da própria ordem jurídica como tal para orientar o seu comportamento e as suas ações.

Nas palavras de Luiz Guilherme Marinoni, “O cidadão precisa ter segurança de que o Estado e os terceiros se comportarão de acordo com o direito e de que os órgãos incumbidos de aplicá-lo o farão valer quando desrespeitado”<sup>153</sup>.

Na mesma linha, afirmam Fredie Didier Jr *et al.*:

O indivíduo [...] termina por pautar a sua conduta presente com base num comportamento adotado por outro indivíduo ou, o que mais nos interessa aqui, pelo Estado. Dentro dessa dimensão pública, é natural que as soluções dadas pelo Poder Judiciário às situações que lhe são postas para análise sejam levadas em consideração pelo indivíduo para moldar a sua conduta presente<sup>154</sup>.

Nesse sentido, importa ressaltar a importância conferida pelo indivíduo às decisões proferidas pelos órgãos jurisdicionais ao analisar condutas praticadas no convívio social. Isso porque, o direito produzido pelo Judiciário é, a bem da verdade, o direito material vigente em um dado momento, pois é justamente esse Poder que deliberará sobre as consequências no caso de afronta ou ameaça de lesão às normas jurídicas.

Isso porque, conforme sublinha Pedro Manoel Abreu

---

<sup>150</sup>MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro. O binômio repercussão geral e súmula vinculante. p. 677.

<sup>151</sup>DIDIER JR., Fredie *et al.* Curso de Direito Processual Civil: reescrito com base no Novo CPC. p. 470.

<sup>152</sup>CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional. p. 256.

<sup>153</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. Os precedentes na dimensão da segurança jurídica. p. 432.

<sup>154</sup>DIDIER JR., Fredie *et al.* *Op. cit.* p. 469.

o Poder Judiciário, nesse contexto, apresenta-se como um Poder democrático que se legitima pelo exercício consonante com os princípios fundamentais da República, como instituição responsável pela efetivação das garantias inscritas na Constituição<sup>155</sup>.

Dessa forma, deve haver uniformidade na interpretação dos textos legais e na qualificação das situações jurídicas por parte dos tribunais. Nessa perspectiva, é imprescindível que a aplicação do direito seja, em certa medida, estável, com o intuito de que a produção judicial tenha um mínimo de continuidade.

Portanto, a variação descuidada do Poder Judiciário quanto aos casos semelhantes contradiz, de maneira incontestável, o princípio da segurança jurídica. Nesse sentido, a estabilidade das decisões e, por conseguinte, a uniformidade da jurisprudência são fundamentais ao Estado de Direito brasileiro.

A respeito do tema, destaca Paulo Nader a:

necessidade de a ordem jurídica oferecer a certeza quanto ao Direito vigente, de dar clara definição às normas jurídicas, para melhor orientação de seus destinatários, faz com que a jurisprudência divergente seja considerada um problema a reclamar solução<sup>156</sup>.

Isso porque a propagação de teses jurídicas díspares acerca de situações de fato e de direito semelhantes, ou seja, a jurisprudência divergente, obsta a possibilidade do jurisdicionado de prever a atuação dos órgãos jurisdicionais e a criação de um sentido de segurança nos indivíduos.

Ademais, o cidadão que se encontra em situação análoga a de caso já julgado detém a esperança de que receberá um provimento judicial nos mesmos moldes do anterior, não esperando ser, de modo algum, surpreendido por decisão distinta.

Assim, quando uma mesma regra ou princípio é interpretado de maneira diversa por juízes ou tribunais em casos iguais, isso gera insegurança jurídica, pois para o mesmo problema uns obtêm e outros deixam de obter êxito em suas respectivas demandas<sup>157</sup>.

Desse modo, é possível afirmar, como fizeram Pedro Miranda de Oliveira e Rene José Anderle, que

---

<sup>155</sup>ABREU, Pedro Manoel. O processo jurisdicional como um *locus* da democracia, pelo viés da participação. p. 789.

<sup>156</sup>NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. p. 178.

<sup>157</sup>MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro. O binômio repercussão geral e súmula vinculante. p. 680.

A segurança jurídica, portanto, não decorre propriamente da lei, mas principalmente das decisões proferidas pelos tribunais. Apenas pode ser garantida, respeitando a igualdade perante a interpretação dos juízes. Se os tribunais emitem decisões contraditórias, aplicando o mesmo dispositivo legal em diversos sentidos, o que se terá é insegurança jurídica<sup>158</sup>.

É justamente por esses motivos que os precedentes judiciais vêm conquistando cada vez mais prestígio em nosso ordenamento jurídico, já que o respeito aos precedentes garante ao jurisdicionado a segurança de que a conduta por ele adotada com base na jurisprudência já consolidada não será juridicamente qualificada de modo distinto do que se vem fazendo<sup>159</sup>.

Por tais razões, Luiz Guilherme Marinoni assevera:

A segurança jurídica, postulada na tradição do *civil law* pela estrita aplicação da lei, está a exigir o sistema de precedentes, há muito estabelecido para assegurar a mesma segurança no ambiente do *common law*, em que a possibilidade de decisões diferentes para casos iguais nunca foi desconsiderada e, exatamente por isso, fez surgir o princípio, inspirador do *stare decisis*, de que os casos similares devem ser tratados do mesmo modo (*treat like cases alike*)<sup>160</sup>.

Assim, o sistema de respeito aos precedentes encontra-se manifestamente ligado ao princípio da segurança jurídica, já que a padronização do entendimento jurisprudencial confere segurança e estabilidade à ordem jurídica.

A respeito, garante José Rogério Cruz e Tucci:

A técnica de invocar precedentes, se bem utilizada, aumenta em muito a previsibilidade da decisão e, portanto, a segurança jurídica. Opera, outrossim, como importante fator a favorecer a uniformização da jurisprudência. [...] Realmente, ao assegurar certa estabilidade, a observância do precedente, em análogo caso posterior, contribui a um só tempo para a certeza jurídica e para a proteção da credibilidade na tomada de decisão judicial<sup>161</sup>.

Nesse aspecto, a uniformidade das decisões assegura ao indivíduo um modelo seguro de comportamento presente, garantindo a almejada segurança jurídica. Por

---

<sup>158</sup>MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro; ANDERLE, Rene José. O sistema de precedentes no CPC projetado: engessamento do direito? p. 308.

<sup>159</sup>DIDIER JR., Fredie *et al.* Curso de Direito Processual Civil: reescrito com base no Novo CPC. p. 470.

<sup>160</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes obrigatórios. p. 99.

<sup>161</sup>TUCCI, José Rogério Cruz e. Precedente judicial como fonte do direito. p. 17.

esse motivo pode-se afirmar que, indubitavelmente, a necessidade de certeza é a razão mais relevante que leva à necessidade de respeito aos precedentes<sup>162</sup>.

Desta maneira, compreende-se que a segurança jurídica constitui fundamento hábil para justificar a necessidade de seguir os precedentes judiciais, na medida em que a certeza do direito é necessária para a estabilidade das relações em sociedade.

Entretanto, entende-se que a certeza jurídica apenas pode ser garantida frisando-se a igualdade perante as decisões judiciais, tendo em vista que somente se o Poder Judiciário conferir tratamento isonômico aos jurisdicionados será possível certa previsibilidade das decisões judiciais.

O princípio da igualdade encontra-se disposto no *caput* do artigo 5º, da Constituição Federal, o qual prescreve que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”, mas que deve ser interpretado de modo a extrapolar a sua literalidade textual<sup>163</sup>.

Conforme asseveram Fredie Didier Jr *et al*, o princípio da igualdade

deve ser pensado como ideal de isonomia frente ao Direito, e não apenas frente à lei. É preciso que, na leitura do *caput* do art. 5º da Constituição Federal, o termo “lei” seja interpretado como “norma jurídica”, entendendo-se que todos são iguais, ou que devem ser tratados como iguais, perante a “norma jurídica”, qualquer que seja ela, de quem quer que ela emane. Decerto que o princípio constitucional da igualdade obriga tanto os particulares quanto o Poder Público e, nesta seara, há de ser observado não apenas quando da edição das leis (em sentido amplo) ou da atuação da Administração Pública, mas também quando da concretização da função jurisdicional<sup>164</sup>.

Assim, entende-se que tanto os particulares, quanto os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem tratar de modo isonômico os indivíduos, na medida da sua igualdade não apenas diante da lei, mas do Direito. Cuida-se do aspecto formal do referido princípio.

Como segunda razão, tem-se por evidente que existem “critérios distintivos justificadores de tratamentos jurídicos díspares”<sup>165</sup>, isto é, que legitimam a diferenciação realizada, tendo em vista a necessidade de equiparar uma disparidade, de modo a atingir a igualdade substancial. Trata-se do âmbito material de tal cânone.

---

<sup>162</sup>ARRUDA ALVIM WAMBIER, Teresa. Uniformidade e estabilidade da jurisprudência e o Estado de Direito: *civil law e common law*. p. 60.

<sup>163</sup>SILVA, José Afonso da Silva. Curso de Direito Constitucional Positivo. p. 214.

<sup>164</sup>DIDIER JR., Fredie *et al*. Curso de Direito. Curso de Direito Processual Civil: reescrito com base no Novo CPC. p. 468-469.

<sup>165</sup>MELLO, Celso Antônio Bandeira de Mello. O conteúdo jurídico do princípio da igualdade. p. 11.

Quanto à incidência desse princípio no processo civil, no exercício da função jurisdicional, a igualdade não pode se limitar ao tratamento isonômico das partes (prescrito no artigo 139, I<sup>166</sup>, do Código de Processo Civil de 2015), com garantia de participação em igualdade de armas, ou à igualdade de acesso à jurisdição e igualdade de acesso a determinados procedimentos e técnicas processuais; é necessário pensar também no princípio isonômico visto sob o viés da igualdade perante as decisões judiciais<sup>167</sup>.

Nesse aspecto, conforme destaca Cassio Scarpinella Bueno:

A isonomia ou igualdade deve ser entendida no sentido de que o Estado-juiz (o magistrado, que o representa) deve tratar de forma igualitária os litigantes. Seja dando-lhes igualdade de condições de manifestação ao longo do processo, seja criando condições para que esta igualdade seja efetivamente exercitada<sup>168</sup>.

Essa isonomia tão somente será alcançada, portanto, caso o produto da atividade jurisdicional, isto é, as decisões judiciais decidam da mesma forma os casos iguais ou similares. Nessa toada, é difícil conceber algo que viole mais o princípio da igualdade do que o ato de decidir de maneira distinta as demandas análogas, de modo que o próprio preceito deve ser “entendido como igualdade de tratamento judicial a todas as pessoas envolvidas em situações substancialmente semelhantes”<sup>169</sup>.

Em outras palavras, o princípio da isonomia recomenda que não se decida diferentemente, em face de casos iguais. Só assim será proporcionada a plena aplicação da igualdade. Para isso, o princípio da isonomia deve ser válido tanto na norma legislada quanto na sua aplicação pelo Poder Judiciário<sup>170</sup>.

Além do mais, como assevera Luiz Guilherme Marinoni

tratar da mesma forma casos similares é algo fundamental para a estabilidade do poder e para a manutenção da segurança necessária ao desenvolvimento das relações sociais<sup>171</sup>.

Dessa forma, a decisão judicial que, diante de um caso concreto, decide de uma determinada maneira e, ante outra situação concreta, análoga à primeira, prolata solução

---

<sup>166</sup>Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: I – assegurar às partes igualdade de tratamento;

<sup>167</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. O precedente na dimensão da igualdade. p. 228-233.

<sup>168</sup>BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil. p. 167.

<sup>169</sup>TUCCI, José Rogério Cruz e. Precedente judicial como fonte do direito. p. 302.

<sup>170</sup>MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro. O binômio repercussão geral e súmula vinculante. p. 691-692.

<sup>171</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. O precedente na dimensão da igualdade. p. 107.

distinta, viola manifestamente o princípio da igualdade. Também desrespeita esse preceito o tratamento isonômico, através da aplicação de um precedente, conferido a casos que não a permitiriam, porquanto as situações são distintas. Daí a importância da técnica do *distinguishing*.

Nesse contexto, verifica-se a relevância de os tribunais promoverem a uniformização da jurisprudência, de modo a zelar também pela sua estabilidade, integridade e coerência, tal como dispõe o *caput* do artigo 926<sup>172</sup>, do Código de Processo Civil de 2015. Somente através dessa padronização dos julgamentos sobre casos análogos é que tanto o princípio da igualdade, quanto o da segurança jurídica estarão sendo respeitados.

Isso porque, mediante a consolidação dos entendimentos jurisprudenciais, hipóteses semelhantes receberão prestações jurisdicionais congêneres, de modo a conferir igualdade dos cidadãos perante a distribuição da justiça, assim como a ordem jurídica será, em certa medida, estável e previsível.

Nesse sentido, Antonio Adonias Aguiar Bastos elucida que

se considerarmos cada processo, por si só, não haverá problema algum em conceber que o Judiciário chegue a esta ou àquela solução sobre um determinado caso concreto. Se, no entanto, tomarmos o universo das situações jurídicas homogêneas, não parece admissível que possa haver resultados distintos, e até opostos, para demandas que versem sobre um contexto fático e jurídico que lhes é semelhante. Além de violar a isonomia entre os sujeitos que estão submetidos a uma conjuntura padronizada, esta álea também coloca “em xeque” a segurança jurídica, afinal a existência de decisões judiciais antagônicas para situações que se enquadram num mesmo modelo impede que os membros da sociedade possam pautar-se em condutas que visam a evitar a ofensa ao ordenamento jurídico, além de impedir que tenham segurança quanto às consequências que o eventual descumprimento poderá trazer-lhes<sup>173</sup>.

Destarte, mostra-se impositiva a observância das decisões judiciais anteriores sobre determinado caso, porquanto, o desrespeito aos precedentes e, por conseguinte, a ausência de um entendimento sólido e assente sobre a matéria gera um clima de instabilidade e imprevisibilidade.

Por fim, Teresa Arruda Alvim garante que

A dispersão da jurisprudência, por de diversas causas, é um paradoxo, na medida em que os sistemas de *civil law* foram concebidos por um

---

<sup>172</sup> Art. 926. Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.

<sup>173</sup> BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. Situações jurídicas homogêneas: um conceito necessário para o processamento das demandas de massa. p. 95.

ato racional, destinado a conter abusos, moldados para gerar segurança, previsibilidade e respeitar a igualdade. Ora, de que adianta ter-se uma só lei com várias interpretações possíveis? Tantas pautas de conduta haverá quantas forem as interpretações. É como se houvesse várias leis disciplinando a mesma situação<sup>174</sup>.

### 3.2 – Introdução ao novo incidente de resolução de demandas repetitivas

O Poder Judiciário brasileiro precisa ser aperfeiçoado. Casos iguais, a ele conduzidos para julgamento, não têm merecido a mesma decisão. Pretensões idênticas, às vezes, recebem decisões inteiramente antagônicas<sup>175</sup>. Ademais, como bem ressalta Pedro Miranda de Oliveira, “o atual estágio do processo civil brasileiro reflete um movimento destinado a identificar e tentar corrigir as mazelas que atingem o sistema processual”<sup>176</sup>.

A partir dessas constatações, percebe-se que o cenário hodierno da litigância judicial fomenta melhoramentos impreteríveis, mormente no que concerne às demandas repetitivas.

O que torna possível denominar essas ações de demandas repetitivas não é o objeto litigioso, mas a homogeneidade, isto é, a existência de situações jurídicas homogêneas. Assim, o que as identifica é a litigiosidade de massa, em matéria constitucional ou infraconstitucional, independentemente de o direito ser individual ou coletivo<sup>177</sup>.

Essas ações que, na maioria das vezes, repetem situações pessoais idênticas, de maneira a acarretar a tramitação paralela de considerável quantidade de processos coincidentes em seu objeto e na razão de seu ajuizamento, demandam um padrão decisório por parte do Poder Judiciário. Isso porque, a prolação de decisões distintas para casos homogêneos gera incoerência ao sistema, retirando-lhe a segurança e ofendendo o direito à isonomia na prestação jurisdicional.

Dessa forma, esse contexto de litigiosidade atual exige a elaboração de ferramentas de solução das lides em escala, ou seja, de técnicas de processamento

---

<sup>174</sup>ARRUDA ALVIM WAMBIER, Teresa. Uniformidade e estabilidade da jurisprudência e o Estado de Direito: *civil law e common law*. p. 60.

<sup>175</sup>BRITO, Jaime Domingues; CAMBI, Eduardo. O efeito vinculante das súmulas do Supremo Tribunal Federal. p. 985.

<sup>176</sup>MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro. Concepções sobre acesso à justiça. p. 53.

<sup>177</sup>BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. Situações jurídicas homogêneas: um conceito necessário para o processamento das demandas de massa. p. 98.



diferenciado a fim de tutelar e resolver de maneira adequada essas demandas isomórficas, que se repetem em larga escala, congestionando as vias do Poder Judiciário.

Assim, nos últimos anos, iniciou-se um movimento de introdução, no sistema processual brasileiro, de mecanismos com o intuito de conferir soluções jurisdicionais coerentes e uniformes a questões ou conflitos homogêneos veiculados em demandas não coletivas.

Como elucida Leonardo Carneiro da Cunha, são estabelecidas

técnicas de processamento e julgamento de causas repetitivas, com a finalidade de conferir racionalidade e uniformidade na obtenção dos seus resultados. [...] Pretende-se [...] racionalizar o julgamento das causas repetitivas, agilizando seu resultado e evitando a divergência jurisprudencial, com o que se alcança a isonomia entre as pessoas que figuram em processos repetitivos, cujos fundamentos são uniformes<sup>178</sup>.

Essas técnicas, em sua maioria, determinam a observância dos precedentes, de modo a homogeneizar os entendimentos judiciais com vistas a minimizar as decisões antagônicas em casos semelhantes, resultantes do fenômeno da jurisprudência lotérica<sup>179</sup>.

Portanto, segundo sublinha Eduardo Cambi e Jaime Domingues Brito

a utilização do precedente permite, em uma sociedade de massa, o asseguramento da igualdade de tratamento; é dizer, para hipóteses iguais, submetidas à apreciação do Poder Judiciário, tem-se resultados iguais, de tal sorte que, inúmeras pessoas, ao levarem suas pretensões para decisão, terão, então, a certeza de que receberão, também, respostas iguais do poder público<sup>180</sup>.

Destarte, de modo a perseguir a finalidade de assegurar isonomia e segurança jurídica, o Código de Processo Civil de 2015 prevê normas que estimulam a uniformização e a estabilização da jurisprudência, sobretudo em casos de demandas repetitivas<sup>181</sup>, de modo a garantir a padronização de tratamento dessas causas.

Uma dessas técnicas é o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), objeto do presente estudo e novidade introduzida no Código de Processo Civil de 2015, disciplinado nos artigos 976 a 987 do referido diploma.

---

<sup>178</sup>CUNHA, Leonardo Carneiro da. Anotações sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no projeto do novo Código de Processo Civil. p. 259.

<sup>179</sup>CAMBI, Eduardo. Jurisprudência lotérica. p. 111.

<sup>180</sup>BRITO, Jaime Domingues; CAMBI, Eduardo. O efeito vinculante das súmulas do Supremo Tribunal Federal. p. 1000.

<sup>181</sup>CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Op. cit.* p. 260.

Nesses dispositivos legais, o nosso ordenamento introduz mais um instituto por meio do qual é possível estabelecer decisões paradigmas a serem seguidas pelos órgãos Judiciários na qualidade de precedentes obrigatórios. Isso porque a técnica em análise pretende atribuir força vinculante à decisão padrão proferida no julgamento de ações similares, as quais possuem por objeto circunstâncias fáticas ou fundamentos jurídicos idênticos.

Ademais, apresenta-se como um mecanismo que permite aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais julgar por amostragem demandas repetitivas que contenham por objeto controvertido uma mesma questão unicamente de direito, sempre que houver “risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica”.

Conforme ressalta Eduardo Henrique de Oliveira Yoshikawa

Não há, em verdade, incidente, mas a avocação pelo tribunal de parcela das questões relevantes para o julgamento do mérito (e não do próprio mérito), o qual, assim, fica cindido: o órgão *ad quem* julgará a(s) questão(ões) de direito reputada(s) relevante(s) e o órgão *a quo* as questões de fato, bem como eventuais questões de direito não avocadas pelo tribunal (as não relevantes)<sup>182</sup>.

Nesse sentido, objetivará, portanto, “a definição prévia de uma tese jurídica central comum a diversas ações individuais repetitivas, a qual deverá ser obrigatoriamente adotada nos demais casos”<sup>183</sup>.

O incidente de resolução de demandas repetitivas terá cabimento quando da constatação de processos repetitivos que possibilitem a violação da isonomia e da segurança jurídica<sup>184</sup>. Com efeito, a expressão “efetiva repetição de processos” revela a imprescindibilidade da constatação da existência de múltiplas demandas baseadas em um

---

<sup>182</sup>YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. O incidente de resolução de demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil. p. 252.

<sup>183</sup>MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. Reflexões sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no projeto de novo Código de Processo Civil. p. 194.

<sup>184</sup>Art. 976. É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito; II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

§ 1º A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente.

§ 2º Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.

§ 3º A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado.

§ 4º É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.

§ 5º Não serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas.

mesmo fundamento, desde que essas situações fáticas possam vir a ser decididas de forma discrepante.

Quanto à legitimidade para a instauração, o incidente será instaurado junto ao presidente do tribunal em razão de provocação do juiz, do relator, de uma das partes, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, devendo, em todos os casos, o pedido ser acompanhado dos documentos que justifiquem o requerimento<sup>185</sup>.

O julgamento do IRDR competirá ao órgão definido no Regimento Interno do Tribunal de Justiça ou do Tribunal Regional Federal dentre os que são responsáveis pela uniformização de sua jurisprudência<sup>186</sup>.

Uma vez instaurado o incidente, deverá ser dada ampla publicidade e específica divulgação, mediante registro eletrônico junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>187</sup>. Tal determinação também se impõe ao julgamento do incidente.

O incidente deve ser julgado no prazo de um ano, ostentando prioridade em relação aos demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de *habeas corpus*. Ultrapassado esse prazo sem que seja julgado o incidente, cessa sua eficácia suspensiva, a não ser que o relator profira decisão fundamentada em sentido contrário<sup>188</sup>.

Ao examinar sua admissibilidade, o órgão colegiado competente verificará se os requisitos para a instauração do incidente estão preenchidos e se há efetivamente conveniência de se fixar uma tese jurídica a ser aplicada aos casos repetitivos<sup>189</sup>.

---

<sup>185</sup> Art. 977. O pedido de instauração do incidente será dirigido ao presidente de tribunal: I - pelo juiz ou relator, por ofício; II - pelas partes, por petição; III - pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição. Parágrafo único. O ofício ou a petição será instruído com os documentos necessários à demonstração do preenchimento dos pressupostos para a instauração do incidente.

<sup>186</sup> Art. 978. O julgamento do incidente caberá ao órgão indicado pelo regimento interno dentre aqueles responsáveis pela uniformização de jurisprudência do tribunal.

Parágrafo único. O órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica julgará igualmente o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente.

<sup>187</sup> Art. 979. A instauração e o julgamento do incidente serão sucedidos da mais ampla e específica divulgação e publicidade, por meio de registro eletrônico no Conselho Nacional de Justiça.

§1º Os tribunais manterão banco eletrônico de dados atualizados com informações específicas sobre questões de direito submetidas ao incidente, comunicando-o imediatamente ao Conselho Nacional de Justiça para inclusão no cadastro.

§2º Para possibilitar a identificação dos processos abrangidos pela decisão do incidente, o registro eletrônico das teses jurídicas constantes do cadastro conterà, no mínimo, os fundamentos determinantes da decisão e os dispositivos normativos a ela relacionados.

§3º Aplica-se o disposto neste artigo ao julgamento de recursos repetitivos e da repercussão geral em recurso extraordinário.

<sup>188</sup> Art. 980. O incidente será julgado no prazo de 1 (um) ano e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de *habeas corpus*.

Parágrafo único. Superado o prazo previsto no caput, cessa a suspensão dos processos prevista no art. 982, salvo decisão fundamentada do relator em sentido contrário.

<sup>189</sup> Art. 981. Após a distribuição, o órgão colegiado competente para julgar o incidente procederá ao seu juízo de admissibilidade, considerando a presença dos pressupostos do art. 976.

Caso entenda não estarem presentes os requisitos, a instauração será rejeitada e o curso do(s) processo(s) de onde se originou o IRDR será retomado.

A decisão que admite o incidente possui consequências relevantes, como a possibilidade de requisitar informações ao juízo em que tramitam os processos de onde se originou o IRDR, a intimação do Ministério Público para que se manifeste acerca da matéria e a suspensão dos processos repetitivos pendentes que veiculem o mesmo assunto<sup>190</sup>.

No incidente há a participação democrática na formação da decisão padrão, de modo que, segundo a regra contida no dispositivo, o relator ouvirá as partes e demais interessados, no prazo comum de 15 dias, respeitando, assim, o direito de influência para a formação da decisão a ser proferida<sup>191</sup>.

A decisão que julga o incidente deve enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo pelas partes e que são capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada<sup>192</sup>.

O julgamento firmado no incidente será aplicado a todos os processos que versem idêntica questão de direito e que tramitem no âmbito da competência territorial do

---

<sup>190</sup> Art. 982. Admitido o incidente, o relator: I - suspenderá os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso; II - poderá requisitar informações a órgãos em cujo juízo tramita processo no qual se discute o objeto do incidente, que as prestarão no prazo de 15 (quinze) dias; III - intimará o Ministério Público para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias.

§1º A suspensão será comunicada aos órgãos jurisdicionais competentes.

§2º Durante a suspensão, o pedido de tutela de urgência deverá ser dirigido ao juízo onde tramita o processo suspenso.

§3º Visando à garantia da segurança jurídica, qualquer legitimado mencionado no art. 977, incisos II e III, poderá requerer, ao tribunal competente para conhecer do recurso extraordinário ou especial, a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente já instaurado.

§4º Independentemente dos limites da competência territorial, a parte no processo em curso no qual se discuta a mesma questão objeto do incidente é legitimada para requerer a providência prevista no § 3º deste artigo.

§5º Cessa a suspensão a que se refere o inciso I do caput deste artigo se não for interposto recurso especial ou recurso extraordinário contra a decisão proferida no incidente.

<sup>191</sup> Art. 983. O relator ouvirá as partes e os demais interessados, inclusive pessoas, órgãos e entidades com interesse na controvérsia, que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, poderão requerer a juntada de documentos, bem como as diligências necessárias para a elucidação da questão de direito controvertida, e, em seguida, manifestar-se-á o Ministério Público, no mesmo prazo.

§1º Para instruir o incidente, o relator poderá designar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento na matéria.

§2º Concluídas as diligências, o relator solicitará dia para o julgamento do incidente.

<sup>192</sup> Art. 984. No julgamento do incidente, observar-se-á a seguinte ordem: I - o relator fará a exposição do objeto do incidente; II - poderão sustentar suas razões, sucessivamente: a) o autor e o réu do processo originário e o Ministério Público, pelo prazo de 30 (trinta) minutos; b) os demais interessados, no prazo de 30 (trinta) minutos, divididos entre todos, sendo exigida inscrição com 2 (dois) dias de antecedência.

§1º Considerando o número de inscritos, o prazo poderá ser ampliado.

§2º O conteúdo do acórdão abrangerá a análise de todos os fundamentos suscitados concernentes à tese jurídica discutida, sejam favoráveis ou contrários.

tribunal<sup>193</sup>. Essas questões serão detalhadamente analisadas no próximo tópico do presente trabalho.

Ademais, a tese jurídica definida no incidente poderá ser objeto de revisão pelo tribunal, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público ou da Defensoria Pública<sup>194</sup>.

Por fim, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça apenas conhecerão do incidente caso interposto recurso extraordinário ou especial, respectivamente, em face da decisão de mérito nele proferida<sup>195</sup>.

### **3.3 – Vinculação da decisão proferida no incidente de resolução de demandas repetitivas**

Julgado o incidente de resolução de demandas repetitivas e definida a tese jurídica, importa saber, em consequência, a extensão da eficácia da decisão proferida, ou, em outras palavras, a quais processos e de que modo o referido julgamento será aplicado.

O artigo 985, do Código de Processo Civil de 2015, a respeito do tema, dispõe, *in verbis*:

Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada:

I - a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região;

II - aos casos futuros que versem idêntica questão de direito e que venham a tramitar no território de competência do tribunal, salvo revisão na forma do art. 986. [...]

---

<sup>193</sup> Art. 985. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada: I – a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região; II – aos casos futuros que versem idêntica questão de direito e que venham a tramitar no território de competência do tribunal, salvo revisão na forma do art. 986.

§1º Não observada a tese adotada no incidente, caberá reclamação.

§2º Se o incidente tiver por objeto questão relativa a prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado, o resultado do julgamento será comunicado ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização da efetiva aplicação, por parte dos entes sujeitos a regulação, da tese adotada.

<sup>194</sup> Art. 986. A revisão da tese jurídica firmada no incidente far-se-á pelo mesmo tribunal, de ofício ou mediante requerimento dos legitimados mencionados no art. 977, inciso III.

<sup>195</sup> Art. 987. Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso.

§1º O recurso tem efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida.

§2º Apreciado o mérito do recurso, a tese jurídica adotada pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça será aplicada no território nacional a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito.

Sobre as consequências da norma colacionada, apontam Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e Sofia Temer

A aplicação da tese jurídica aos casos repetitivos é questão que desperta o debate acerca da natureza da decisão proferida e dos efeitos dela decorrentes<sup>196</sup>.

Entretanto, da simples leitura do aludido dispositivo é possível constatar que o preceito expressamente estabelece o caráter vinculante da decisão, de modo a determinar a sua aplicação, na área de competência do tribunal, a todas as causas pendentes e futuras.

Dessa forma, o resultado do julgamento do IRDR é aplicado tanto aos processos em curso, quanto aos supervenientes, de sorte que abrange toda e qualquer questão semelhante à paradigma, seja atual ou futura, sem distinção.

Sobre o tema, Karol Araújo Durço e Éric da Rocha Chehuen destacam que

As ações supervenientes, ou seja, aquelas propostas quando o incidente já tiver sido admitido, serão atingidas pela decisão do tribunal competente para seu julgamento, bem como as ações já ajuizadas quando do início de sua tramitação<sup>197</sup>.

Logo, é notório que a decisão paradigmática tem aplicabilidade imediata sobre os processos em curso e os que vierem a ser distribuídos, possuindo, pois, efeito vinculante o entendimento jurídico adotado pelo tribunal.

Se assim não o fosse, isto é, se a tese jurídica decidida não vinculasse os processos posteriores, todo o procedimento do incidente se mostraria despropositado, uma vez que é totalmente desarrazoável instaurar outros incidentes sobre uma mesma questão de direito já apreciada anteriormente.

Aliás, não teria sentido que a decisão do incidente valesse, tão somente, para os casos já instaurados, já que se isto acontecesse, a toda nova ação ajuizada o tribunal teria que voltar a se manifestar, o que causaria enorme desperdício de tempo e energia, comprometendo a duração razoável do processo e a eficiência da prestação jurisdicional<sup>198</sup>.

---

<sup>196</sup>MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; TEMER, Sofia. O incidente de resolução de demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil. p. 324.

<sup>197</sup>DURÇO, Karol Araújo; CHEHUEN, Éric da Rocha. O incidente de resolução de demandas repetitivas: uma das propostas centrais do Projeto de novo Código de Processo Civil. p. 563.

<sup>198</sup>CAMBI, Eduardo; FOGAÇA, Mateus Vargas. Incidente de resolução de demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil. p. 355.

Portanto, toda a técnica de julgamento do instituto em questão apenas apresenta coerência se a decisão proferida vincular as ações presentes e as intentadas após o seu julgamento, sendo desnecessário o julgamento reiterado pelos tribunais a respeito de demandas repetitivas, até alguma mudança de posicionamento por parte do tribunal. Essa revisão do entendimento, na forma da possibilidade preconizada pela novel lei processual, é deveras importante porquanto impede a fossilização da jurisprudência.

Assim, “pode se cogitar a ideia de que, independentemente do processo atual ou futuro, toda ação idêntica teria sua submissão quase que inexorável à decisão paradigma”<sup>199</sup>.

Outrossim, conclui Júlio César Rossi que “parece que a ideia estabelecida no IRDR é a de que a tese formada produza os efeitos de um precedente vinculante com efeitos prospectivos”<sup>200</sup>. Continua o referido autor, ao afirmar que o IRDR

almeja projetar-se para além dos processos suspensos ou ajuizados até a formação da tese pelo Tribunal, ou seja, para o futuro, o que permite a equiparação da decisão do incidente a um verdadeiro precedente com força muito além da mera persuasão<sup>201</sup>.

Além disso, o julgamento, conforme explicitamente prevê o preceito em análise, aplica-se “na área de jurisdição do respectivo tribunal”. Tal expressão, na verdade, refere-se ao território de competência da Corte que decidiu o IRDR, de modo que, indiscutivelmente, o julgamento proferido será aplicado tanto em primeira, quanto em segunda instância.

Afinal, um precedente não vincula apenas o tribunal que o produziu, mas também os órgãos a ele subordinados<sup>202</sup>. Isso porque, em observância à hierarquia existente no Poder Judiciário brasileiro, as decisões dos tribunais superiores devem ser respeitadas pelos tribunais e juízes ordinários, muito embora tal cultura ainda não vigore no país.

Não se olvida que ainda existem entendimentos de que, por não haver hierarquia entre os juízes, em virtude da independência funcional, estes não devem respeito às decisões dos tribunais que estão sobre eles<sup>203</sup>. Entretanto, essa autonomia dos magistrados não

---

<sup>199</sup>PIMENTEL, Guilherme Gomes; VELOSO, Cynara Silde Mesquita. O incidente de resolução de demandas repetitivas, previsto no projeto de novo Código de Processo Civil, à luz do acesso efetivo à justiça e do Estado Democrático de Direito. p. 66.

<sup>200</sup>ROSSI, Júlio César. O precedente à brasileira: súmula vinculante e o incidente de resolução de demandas repetitivas. p. 231.

<sup>201</sup>*Ibid.*, p. 231.

<sup>202</sup>DIDIER JR., Fredie *et al.* Curso de Direito Processual Civil: reescrito com base no Novo CPC. p. 466.

<sup>203</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes obrigatórios. p. 167.

significa, de modo algum, inexistência do dever de respeito às decisões judiciais provenientes das Cortes superiores.

Assim, conforme ressaltam Fredie Didier *et al*, precedentes do:

- a) plenário do STF, sobre matéria constitucional, vinculam todos os tribunais e juízes brasileiros;
- b) plenário e órgão especial do STJ, em matéria de direito federal infraconstitucional, vinculam o próprio STJ, bem como TRFs, TJs e juízes (federais e estaduais) a ele vinculados;

Nesse sentido, o enunciado n. 314 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis: “As decisões judiciais devem respeitar os precedentes do Supremo Tribunal Federal, em matéria constitucional, e do Superior Tribunal de Justiça, em matéria infraconstitucional federal”.

- c) plenário e órgão especial do TRF vinculam o próprio TRF, bem como juízes federais a ele vinculados;
- d) plenário e órgão especial do TJ vinculam o próprio TJ, bem como juízes estaduais a ele vinculados<sup>204</sup>.

Portanto, a aplicação por parte de todos os órgãos judiciários competentes para julgamentos das ações sobrestadas e futuras, dentro da alçada do tribunal que prolatou a decisão no incidente, revela-se compulsória.

Sob ótica diversa, a questão que mais chama atenção sobre o tema é que a solução adotada pelo incidente de resolução de demandas repetitivas, quanto à questão jurídica central comum às demandas análogas, produzirá eficácia *pro et contra*.

Assim, a decisão final terá aplicação tanto favorável, quanto contrariamente aos indivíduos interessados. Logo, o julgamento proferido pelo tribunal será, necessariamente, aplicado à ação individual ajuizada sobre a mesma tese jurídica, ainda que tal aplicação seja prejudicial ao autor.

Noutras palavras, todas as ações individuais análogas já propostas ou as demandas idênticas protocoladas após a tramitação do incidente estão submetidas à decisão nele proferida, seja ela favorável ou desfavorável aos interesses dos demandantes.

Assim, o incidente de resolução de demandas repetitivas, se utilizado do modo como se espera, desempenha papel consideravelmente importante no processo judicial brasileiro, tendo em vista que confere segurança jurídica e assegura o tratamento isonômico dos indivíduos perante as decisões judiciais, bem como acelera a prestação jurisdicional.

---

<sup>204</sup>DIDIER JR., Fredie *et al*. Curso de Direito Processual Civil: reescrito com base no Novo CPC. p. 467.



Contudo, do seu desrespeito, isto é, da inobservância da tese adotada no incidente cabe reclamação<sup>205</sup>, a ser ajuizada perante o tribunal que julgou o incidente<sup>206</sup>, com vistas a garantir a autoridade dos julgamentos proferidos no IRDR.

A reclamação, que se caracteriza por possuir fundamentação vinculada, tem sua pretensão totalmente voltada a um ato – judicial ou administrativo - de afronta à decisão proferida no incidente de resolução de demandas repetitivas.

Dessa forma, o objetivo da referida ação pode ser o desfazimento da decisão ou do ato objeto da reclamação – caso em que essa possuirá eficácia constitutiva negativa - ou a realização de medida adequada à solução da controvérsia - hipótese em que a reclamação terá eficácia mandamental.

Ademais, é de se perceber que, no caso de cassação da decisão, ocorre o fenômeno denominado por Cândido Rangel Dinamarco de “preclusão hierárquica”<sup>207</sup>, já que o órgão que não observou a tese adotada no IRDR resta impedido de se manifestar quanto à decisão ou ao ato que foi cassado, podendo, tão somente, dar cumprimento ao que foi decidido pelo tribunal.

Conforme ressalta Lucas Buril de Macêdo:

Assim, prolatada decisão que constitui precedente obrigatório, seguida de posterior ato judicial ou administrativo que deixe de aplicar ou aplique equivocadamente esse precedente, seria possível propor reclamação constitucional diretamente para o Tribunal Superior, que, julgada procedente, cassaria a decisão ou ato e determinaria a sua correta aplicação, ou a não aplicação da *ratio decidendi*, conforme as peculiaridades do caso<sup>208</sup>.

Assim, constata-se que a reclamação, como um instrumento voltado a preservar as decisões dos tribunais, exerce, especificamente quanto à tese decidida no IRDR, função relevante contra a multiplicação dos julgamentos de massa, uma vez que garante a autoridade dos julgados proferidos nesse incidente.

Portanto, percebe-se que a reclamação, no que concerne ao incidente de resolução de demandas repetitivas, é o mecanismo que lhe confere efetividade e eficácia, de modo a assegurar a superioridade do precedente desenvolvido nesse instrumento processual.

---

<sup>205</sup> Art. 985. [...] §1º Não observada a tese adotada no incidente, caberá reclamação.

<sup>206</sup> Art. 988. [...] §1º A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.

<sup>207</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. Nova era do processo civil. p. 210-212.

<sup>208</sup> MACÊDO, Lucas Buril de. Reclamação constitucional e precedentes obrigatórios. p. 425.

### 3.3.1 – Julgamento liminar de improcedência

O inciso III do artigo 332, do Código de Processo Civil de 2015, torna cristalina a tendência de reforço à eficácia da decisão proferida no incidente de resolução de demandas repetitivas, porquanto dispõe, *in verbis*:

Art. 332. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente de citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar: [...]

III – entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; [...]

Da simples leitura do dispositivo colacionado, nota-se o dever do magistrado de 1º grau rejeitar, antes mesmo da regular triangulação da relação processual, a ação judicial que desrespeite a tese jurídica fixada no julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas.

Convém destacar que o dispositivo colacionado é aplicável tão somente contra o autor, uma vez que, diferentemente da sentença de improcedência, a decisão de procedência não pode ser proferida antes da citação do réu, isto é, da formação da relação processual. Assim, o juiz, para julgar procedente a demanda repetitiva, deve esperar o estabelecimento do contraditório, com a efetiva citação do requerido.

Ademais, constata-se, nesse caso, que ocorre a aplicação da decisão do IRDR de modo manifestamente desfavorável ao requerente. Trata-se de um tratamento contrário ao atual processo coletivo e sua relação com demandas individuais análogas, no qual o efeito da coisa julgada, em caso de procedência do pedido, é *secundum eventus litis* e *in utilibus*. Isso porque, conforme os artigos 103 e 104<sup>209</sup>, do Código de Defesa do Consumidor, tão somente a coisa julgada coletiva favorável ao interessado será aproveitada.

---

<sup>209</sup>Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: I – erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81; II – ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81; III – erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81;

§1º Os efeitos da coisa julgada previstos nos incisos I e II não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe.

§2º Na hipótese prevista no inciso III, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.

§3º Os efeitos da coisa julgada de que cuida o art. 16, combinado com o art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, não prejudicarão as ações de indenização por danos pessoalmente sofridos, propostas individualmente ou

Assim, destaca Júlio César Rossi:

A decisão emanada de nosso IRDR é mais abrangente do que a coisa julgada tomada em sede de processo coletivo. O padrão-decisório, estabelecido para resolução das lides repetitivas futuras, projeta-se como precedente e vinculará a todos *pro et contra*<sup>210</sup>.

Assim, a extensão dos efeitos do julgamento no incidente de resolução de demandas repetitivas é manifestamente ampla, não importando se o resultado proferido é vantajoso ou desvantajoso aos requerentes de ações propostas com fundamento na mesma tese jurídica analisada pelo IRDR.

Portanto, o julgamento liminar de improcedência reforça a ideia de padronização das decisões, de maneira a conferir à decisão do IRDR o caráter de precedente peremptoriamente obrigatório. Esse julgamento, em verdade, possui forma de enunciado abstrato e geral com viés legislativo, a ser utilizado na resolução dos processos repetitivos, independentemente de ser benéfico ou prejudicial aos autores das demandas individuais.

Assim, nas palavras de Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e Sofia Temer

O Código adota claramente uma tendência de fortalecimento dos precedentes e da concessão de força obrigatória a estes. O sistema de julgamento de casos repetitivos é parte condicionada e condicionante desse sistema e assim deve ser interpretado. Trata-se da renovação do sistema processual brasileiro, que, fundado no sistema de precedentes, tem na força vinculante um elemento essencial<sup>211</sup>.

Logo, a improcedência antecipada do pedido, nos casos que prescindem de instrução probatória, revela-se como um instrumento hábil a atribuir força vinculante ao julgamento proferido no incidente de resolução de demandas repetitivas, bem como assegurar o seu respeito.

---

na forma prevista neste código, mas se procedente o pedido, beneficiarão as vítimas e seus sucessores, que poderão proceder à liquidação e à execução, nos termos dos arts. 96 a 99.

§4º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior à sentença penal condenatória.

Art. 104. As ações coletivas, previstas nos incisos I e II do parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada erga omnes e ultra partes a que aludem os incisos II e III do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.

<sup>210</sup>ROSSI, Júlio César. O precedente à brasileira: súmula vinculante e o incidente de resolução de demandas repetitivas. p. 231.

<sup>211</sup>MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; TEMER, Sofia. O incidente de resolução de demandas repetitivas no novo Código Processo Civil. p. 326-327.

### 3.3.2 – Remessa necessária

Também corrobora o respeito à decisão proferida no incidente de resolução de demandas repetitivas a desnecessidade de confirmação, pelo tribunal, da decisão proferida em consonância com a tese jurídica firmada no julgamento do IRDR, cuja previsão legal se encontra no artigo 496, §4º, III, do Código de Processo Civil de 2015, o qual prevê:

Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: [...]

§4º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em: [...]

III – entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

Essa exceção expressa à remessa necessária faz com que a sentença prolatada em conformidade com a tese fixada no IRDR tenha eficácia imediata, caso não interposto recurso voluntário por nenhuma das partes.

A previsão de inexistência de reexame necessário também atribui coerência à técnica de julgamento do incidente, uma vez que, se assim não o fosse, o tribunal acabaria por reprisar a análise de tese repetitiva já decidida e superada pelo próprio.

Destarte, encontra-se, nesse ponto, mais um pretexto apto a justificar a indispensabilidade da obrigatoriedade de respeito à decisão prolatada no incidente de resolução de demandas repetitivas, porquanto o reexame, por parte dos tribunais, de entendimento anteriormente consolidado não se coaduna com o processamento célere dos processos judiciais.

Assim, a desnecessidade de ratificação do julgamento proferido pelo juízo de 1º grau conforme a proposição estabelecida no incidente de resolução de demandas repetitivas se coaduna com a compreensão de que o julgamento firmado nesse incidente deve ser observado na qualidade de precedente obrigatório.

### 3.3.3 – Poderes do relator

Ainda confirmando a vinculação de decisão proferida no incidente de resolução de demandas repetitivas, tem-se as regras dispostas no artigo 932, do Código de Processo Civil de 2015, o qual prevê, *in verbis*:

Art. 932. Incumbe ao relator: [...]

IV – negar provimento a recurso que for contrário a: [...]

b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; [...]

V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: [...]

b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos

Da leitura do dispositivo colacionado, constata-se a concessão de poderes ao relator para, de maneira monocrática, ou seja, singular, negar seguimento a recursos fundados em tese jurídica antagônica ao que foi decidido pela Corte Suprema ou pela Corte Superior em sede de casos repetitivos (art. 932, IV, *b*) ou para conferir provimento, no caso da hipótese contrária (art. 932, V, *b*).

Portanto, através da referida norma, o ordenamento jurídico possibilita que a decisão singular do próprio relator coíba o recurso baseado em fundamento contrastante com as decisões prolatadas pelos Tribunais Superiores, assim como torna desnecessário o julgamento colegiado quando o recurso possuir tese idêntica à proferida pelo STF ou pelo STJ ao decidir recursos repetitivos.

Nota-se, aqui, a ampliação das atribuições dos desembargadores e ministros responsáveis pela relatoria do recurso a partir da ideia de necessidade de respeito ao julgamento prolatado pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, cabe lembrar que a decisão monocrática do relator, em qualquer das hipóteses apresentadas, sujeita-se à revisão do colegiado pela via do agravo interno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se, com o desenvolvimento do presente trabalho de conclusão de curso, demonstrar a imprescindibilidade da vinculação do julgamento prolatado no incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).

Uma vez demonstrado o déficit verificado pela análise atomizada/pulverizada das demandas afins, consequência do perfil individualista com que foram estruturadas as normas do processo civil tradicional, apresentou-se a tendência ao tratamento molecularizado, isto é, ao julgamento coletivo de questões comuns.

Constatou-se que tal aglutinação de lides se deu em virtude do modelo de sociedade caracterizado por relações impessoais e coletivizadas, as quais geraram direitos que ultrapassam a esfera particular do indivíduo – os direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos. Dessa forma, não restou alternativa ao processo civil senão se adaptar ao cenário social, de modo a enfatizar a solução dos litígios em sua dimensão coletiva.

Através da análise minudente da tutela de direitos coletivos, bem como da tutela coletiva de direitos individuais, notou-se a ineficácia do tratamento coletivo a todas as situações necessárias, de sorte que muitos interesses de natureza coletiva têm sido tratados de maneira individual. Esse tratamento individual gera, em verdade, a proliferação de ações repetitivas que versam sobre as mesmas teses jurídicas.

Esse incremento do número de ações repetitivas perante o Poder Judiciário demanda uma valorização da jurisprudência e do precedente judicial na formação da ordem jurídica pátria, de modo que a decisão judicial deve observar os julgamentos anteriormente proferidos sobre a mesma matéria.

De modo a corroborar a relevância atualmente atribuída ao precedente judicial como fonte do direito, analisou-se o tratamento conferido pelos sistemas jurídicos contemporâneos *civil law* e *common law* às gêneses da ordem jurídica. Mostrou-se, ademais, a importância de visualizar os precedentes judiciais como vinculativos, mormente no que tange aos relacionados às demandas repetitivas.

Por sua vez, apresentou-se a estabilidade e a continuidade da ordem jurídica, assim como a igualdade perante as decisões como os principais fundamentos a ensejar a concessão de uma mesma resposta judicial aos processos repetitivos correlatos. Outrossim, introduziu-se os procedimentos de instauração, tramitação e julgamento do incidente de

resolução de demandas repetitivas (IRDR), o qual foi introduzido no Código de Processo Civil de 2015 com a finalidade de assegurar aos jurisdicionados a percepção de decisões semelhantes aos casos análogos.

Por derradeiro, defendeu-se a necessária vinculação do entendimento firmado na decisão prolatada no IRDR às demais demandas repetitivas similares. Em outras palavras, sustentou-se a conveniência da visualização da decisão paradigma produzida no incidente na qualidade de precedente obrigatório na área de jurisdição do respectivo tribunal.

Isso porque se detectou que, para o adequado processamento e julgamento das causas repetitivas, bem como para a coerência do sistema processual, a observância, pelos julgadores ordinários, do entendimento firmado no IRDR pelo tribunal é imprescindível a tal ferramenta processual, independentemente da tese jurídica ser favorável ou prejudicial ao demandante.

Ademais, demonstrou-se a necessidade da aplicação da decisão firmada no IRDR aos processos repetitivos pendentes e suspensos, bem como às demandas futuramente propostas, de modo a abranger absolutamente todas as ações análogas, sejam essas atuais ou supervenientes.

Somente se a tese jurídica consubstanciada no incidente for enxergada como um precedente obrigatório a todos os processos que versem sobre idêntica questão de direito é que o incidente de resolução de demandas repetitivas atingirá o objetivo visado quando da sua elaboração pelo legislador: a resolução célere, eficaz e igualitária das demandas coincidentes em seu objeto e na razão de seu ajuizamento.

Espera-se, portanto, que a efetiva aplicação desse mecanismo processual seja manifestamente proveitosa ao ordenamento jurídico brasileiro, de modo a garantir a segurança jurídica e o tratamento isonômico, bem como assegurar a tempestiva prestação jurisdicional às demandas repetitivas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Pedro Manoel. O processo jurisdicional como um *locus* da democracia, pelo viés da participação. In: ABREU, Pedro Manoel; MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro. (Coords.). **Direito e processo: estudos em homenagem ao Desembargador Norberto Ungaretti**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007, p. 781-789.
- AMARAL, Guilherme Rizzo. Efetividade, segurança, massificação e a proposta de um “incidente de resolução de demandas repetitivas”. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, n. 53, p. 47-78, mar./abr. 2013.
- ARENHART, Sérgio Cruz. **A tutela coletiva de interesses individuais: para além da proteção dos interesses individuais homogêneos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- ARRUDA ALVIM WAMBIER, Teresa. A uniformidade e estabilidade da jurisprudência e o Estado de Direito: civil law e common law. **Revista Jurídica**, v. 57, n. 384, p. 53-62.
- \_\_\_\_\_. Estabilidade e adaptabilidade como objetivos do direito: civil law e common law. **Revista de Processo**, v. 34, n. 172, p. 121-174.
- \_\_\_\_\_. Interpretação da lei e de precedentes: *civil law* e *common law*. **Revista dos Tribunais**, v. 99, n. 893, p. 34-45.
- \_\_\_\_\_; WAMBIER, Luiz Rodrigues. Anotações sobre as ações coletivas no Brasil – presente e futuro. In: ASSIS, Araken de; GRINOVER, Ada Pellegrini (Org.) **Processo coletivo e outros temas de direito processual: homenagem 50 anos de docência do professor José Maria Rosa Tesheiner, 30 anos de docência do professor Sérgio Gilberto Porto**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012, p. 609-620.
- BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. O devido processo legal nas causas repetitivas. In: **Tutela jurisdicional coletiva**. Salvador: JusPodivm, 2009.
- \_\_\_\_\_. Situações jurídicas homogêneas: um conceito necessário para o processamento das demandas de massa. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 35, n. 186, p. 87-107, ago. 2010.
- BRITO, Jaime Rodrigues; CAMBI, Eduardo. O efeito vinculante das súmulas do Supremo Tribunal Federal. In: ABREU, Pedro Manoel; LAMY, Eduardo; MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro. **Processo Civil em movimento: diretrizes para o novo CPC**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2013, p. 985-1005.



- BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil**. 6ª edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. Teoria do Precedente Judicial - A justificação e a aplicação das regras jurisprudenciais. São Paulo: Noeses, 2012.
- CAMBI, Eduardo. Jurisprudência lotérica. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 90, n. 786, p. 108-128, abr. 2001.
- \_\_\_\_\_. Incidente de resolução de demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 40, n. 243, p. 333-362, mai. 2015.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional**. 4ª edição. Coimbra, Portugal: Almedina, 2000.
- CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 28ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.
- CUNHA, Leonardo José Carneiro da. Anotações sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no projeto do novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 36, n. 193, p. 255-279, mar. 2011.
- \_\_\_\_\_. **As causas repetitivas e a necessidade de um regime que lhes seja próprio**. Disponível em: <<http://www.fdsu.edu.br/site/posgraduacao/volume252/10.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- \_\_\_\_\_. O regime processual das causas repetitivas. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 35, n. 179, p. 139-174, jan. 2010.
- DAVID, Rene. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. Tradução de Hermínio A. Carvalho. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DIDIER JR., Fredie; ZANETTI JR., Hermes. **Curso de Direito Processual Civil: processo coletivo**. 5ª edição. Salvador: Juspodivm, 2010.
- \_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de; BRAGA, Paula Sarno. **Curso de Direito Processual Civil: reescrito com base no Novo CPC**. 10ª edição. Salvador: Jus Podivm, 2015.
- DIMOULIS, Dimitri. **Manual de introdução ao estudo do direito**. 3ª edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. **Nova era do processo civil**. 2ª edição. São Paulo: Malheiros, 2007.
- DINAMARCO, Pedro da Silva. **Ação civil pública**. São Paulo: Saraiva, 2001.

- DURÇO, Karol Araújo; CHEHUEN, Éric da Rocha. O incidente de resolução de demandas repetitivas: uma das propostas centrais do Projeto de novo Código de Processo Civil. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**, vol. VIII, ano 5, p. 539-567, jul.-dez. 2011.
- FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 7ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Editora Atlas, 2013.
- FRANÇA, Rubens Limongi. **O direito, a lei e a jurisprudência**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1974.
- GONÇALVES, Marcelo Barbi. O incidente de resolução de demandas repetitivas e a magistratura deitada. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 38, n. 222, p. 221-248, ago. 2013.
- GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor – comentado pelos autores do anteprojeto**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito**. 37ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- LEAL, Roger Stiefelmann. **O efeito vinculante na jurisdição constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MACÊDO, Lucas Buril. **Precedentes Judiciais e o Direito Processual Civil**. Salvador: Jus Podivm, 2014.
- \_\_\_\_\_. Reclamação constitucional e precedentes obrigatórios. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 39, n. 238, p. 413-434, dez. 2014.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Contribuição esperada do Ministério Público e da Defensoria Pública na prevenção da atomização judicial dos megaconflitos. **Justitia**, São Paulo, v. 66, n. 200, p. 107-124, jan./jul. 2009.
- \_\_\_\_\_. Interesses Difusos: conceito e colocação no quadro geral dos interesses. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 14, n. 55, p. 165-179, 1989.
- MARINONI, Luiz Guilherme. Ações repetitivas e julgamento liminar. In: ABREU, Pedro Manoel; MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro (Coords.). **Direito e processo: estudos em homenagem ao Desembargador Norberto Ungaretti**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007, p. 673-680.
- \_\_\_\_\_. **Precedentes obrigatórios**. 3ª edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

- \_\_\_\_\_. O precedente na dimensão da igualdade. In: MARINONI, Luiz Guilherme (Coord.). **A força dos precedentes**. Salvador: Jus Podivm, 2010.
- \_\_\_\_\_. Os precedentes na dimensão da segurança jurídica. In: ASSIS, Araken de; GRINOVER, Ada Pellegrini (Org.). **Processo coletivo e outros temas de direito processual**. Porto Alegre: Do advogado, 2012.
- MAZZILI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. 27ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3ª edição. São Paulo: Malheiros, 2011.
- MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; OSNA, Gustavo; ARENHART, Sérgio Cruz. Cumprimento de sentenças coletivas: a pulverização à molecularização. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 38, n. 222, p. 41-64, ago. 2013.
- \_\_\_\_\_; RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. Reflexões sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no projeto de novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 37, n. 211, p. 191-207, set. 2012.
- \_\_\_\_\_; TEMER, Sofia. O incidente de resolução de demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 40, n. 243, p. 283-331, mai. 2015.
- MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro. A força das decisões judiciais. **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 136, p. 100-113, jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Concepções sobre acesso à justiça. **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 82, p. 43-53, jan. 2010.
- \_\_\_\_\_. O binômio repercussão geral e súmula vinculante. In: ARRUDA ALVIM WAMBIER, Teresa (Coord.). **Direito jurisprudencial**. São Paulo, Revista dos Tribunais, p. 675-750, 2012.
- \_\_\_\_\_; ANDERLE, Rene José. O sistema de precedentes no CPC projetado: engessamento do direito? **Revista de Processo**, São Paulo, v. 39, n. 232, p. 307-324, jun. 2014.
- MITIDIERO, Daniel. Fundamentação e precedente – dois discursos a partir da decisão judicial. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 37, n. 206, p. 61-78, abr. 2012.
- \_\_\_\_\_. O processualismo e a formação do Código Buzaid. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 35, n. 183, p. 165-194, maio 2010.
- NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 35ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

- PIMENTEL, Guilherme Gomes; VELOSO, Cynara Silde Mesquita. O incidente de resolução de demandas repetitivas, previsto no projeto de novo Código de Processo Civil, à luz do acesso efetivo à justiça e do Estado Democrático de Direito. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, São Paulo, v. 12, n. 86, p. 57-80, nov.-dez. 2013.
- PINTO, Luis Filipe Marques Porto Sá. Técnicas de tratamento macromolecular dos litígios - tendência de coletivização da tutela processual civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 35, n. 185, p. 117-144, jul. 2010.
- POMPÉRIO, Antonio Machado. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.
- PRADE, Péricles. **Conceito de interesses difusos**. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.
- REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 27ª edição. São Paulo: Saraiva, 2002.
- REIS, Mauricio Martins. Precedentalismo judiciário: precedentes obrigatórios ou persuasivos? A força argumentativa dos julgados do STF. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 102, n. 932, p. 389-421, jun. 2013.
- ROSA, Renato Xavier da Silveira. **Precedentes no processo civil brasileiro: valorização e efetividade**. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2013.
- ROSSI, Júlio César. O precedente à brasileira: súmula vinculante e o incidente de resolução de demandas repetitivas. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 37, n. 208, p. 203-240, jun. 2012.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 34ª edição. São Paulo: Malheiros, 2011.
- SOUZA, Marcelo Alves Dias de. **Do precedente judicial à súmula vinculante**. Curitiba: Juruá, 2007.
- THEODORO JR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. 55ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- TORRES, Artur. **Do individualismo ao coletivismo no processo civil brasileiro**. Disponível em: <<http://www.processoscoletivos.net/revista-eletronica/23-volume-2-numero-1-trimestre-01-01-2011-a-31-03-2011/112-do-individualismo-ao-coletivismo-no-processo-civil-brasileiro>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

- TUCCI, José Rogério Cruz e. **Precedente judicial como fonte do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel; Watanabe, Kazuo (Coord.). **Participação e processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.
- \_\_\_\_\_. Demandas coletivas e os problemas emergentes da práxis forense. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 17, n. 67, p. 15-25, jul.-set. 1992.
- \_\_\_\_\_. Relação entre demanda coletiva e demandas individuais. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 31, n. 139, p. 28-35, set. 2006.
- YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. O incidente de resolução de demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 37, n. 206, p. 243-270, abr. 2012.
- ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos**. 6ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.